

MEMÓRIAS



ILUSTRAÇÃO DE FERNANDO MATEUS

OS VIOLINOS

JOÃO MARTINS PEREIRA

NÃO FALTA DESPORTO NA MINHA MEMÓRIA DE infância e adolescência.

Idas domingueiras ao futebol, pela mão do meu pai, a campos há muito desaparecidos – as Salésias, as Amoreiras, o campo dos Unidos, pegado ao então Estádio do Lumiar. Loucas correrias futebolísticas no recreio do Académico, ali aos Anjos, responsáveis, na duvidosa versão familiar, por um ano inteiro de repouso por fraqueza pulmonar. Aulas de ginástica no Palácio Foz, na altura sede do Sporting, onde um dia caí da trave e fiquei sem respirar por uma eternidade, por certo bem mais curta do que me ficou na memória.

Os *Sports* e a revista *Stadium* (tinha semanalmente de mendigar que ma comprassem, nem sempre com sucesso) eram a minha imprensa, juntamente com o “Mosquito”, depois o “Diabrete”. Com o dinheiro que pômpava no eléctrico, indo a pé para o colégio (2\$00 por dia...), consegui fazer várias cadernetas de jogadores, todos peganhos dos rebuçados que vinham a embrulhar, e pior iam ficando depois das muitas trocas que se faziam com os amigos. Lá estavam o Feliciano, o Amaro, o Azevedo, o Peyroteo, o Chico Ferreira, quase irreconhecíveis. Era o tempo dos campeonatos regionais, no princípio da época, a apurar para o Nacional, de 8 ou 10 clubes, se tanto. O tempo em que o Carcavelinhos ainda não dera no Atlético, nem o Fósforos no Oriental, e em que o segundo do Porto era, sem discussão, o Académico.

Lembro-me de um campeonato europeu de esgrima, num Pavilhão dos Desportos novinho em folha, que nos fez fugir de algumas aulas durante uma semana, maravilhados com húngaros e italianos, mas sobretudo com as luzinhas que se acendiam a cada toque no adversário. E também de umas terras, para as bandas da actual Mesquita, onde se faziam grandes jogatanas de futebol, depois de os dois “capitães” terem escolhido as equipas pelo método dos “passinhos”, primeiro a escolher o que primeiro pisasse o outro. (Sempre me interroguei de onde é que apareciam as meias e os trapos de que eram feitas as bolas, que por isso mesmo se chamavam “trapeiras”).

Lembro-me do “Faisca” a ganhar a sua única

Volta (ou seria a 2.ª?). E da ginástica no colégio com um velho professor, sempre apoiado numa bengala, a quem chamávamos Mestre, que fora distinto atleta do Ginásio Clube no princípio do século, especialista do “jogo do pau”, de que ainda nos fazia demonstrações com a dita bengala.

E foi então que vieram os “violinos”, a quem devo algumas das maiores alegrias desse tempo. E com eles a primeira vitória sobre a Espanha, que nos fez reviver a Aljubarrota saída dos livros do Mattoso (sou injusto: o meu professor de História chamava-se Avelino Cunhal e conseguia o milagre de nos fazer saber o Mattoso, dando-nos, em paralelo, o “outro lado” das coisas). Mas, para arrefecer os ânimos, vieram também os 10-0 da Inglaterra (o Matthews, o Lawton!) e os 10-4 do S. Lorenzo de Almagro: quem viu estes dois jogos nunca mais teve dificuldade em distinguir o futebol europeu do sul-americano. Inesquecíveis essas idas ao Estádio Nacional na “arrastadeira” atafalhada de gente do pai de um colega. E, mais tarde, pendurado do combóio do Cais do Sodré, a despejar-nos no ramal do Estádio, que ainda por lá deve estar, à espera de comboios que nunca mais virão.

Recordo ainda, pela mesmo época, as primeiras vitórias no campeonato do Mundo de hóquei em patins (o Jesus Correia dividido entre o futebol e o hóquei, coisa impensável nos nossos dias), de novo no Pavilhão, o país inteiro parado nas grandes noites de final. E os campeonatos de atletismo, a que não faltava: o Paquete, o Matos Fernandes (fui encontrá-lo há poucos anos ministro dos Desportos em Luanda), o Álvaro Dias. E os constantes festivais de ciclismo na pista do Lumiar, com o prato forte das “2 horas à americana”: com eles se inaugurou a iluminação do estádio, ainda não se sonhava com futebol nocturno. E as grandes noites de vôlei no Técnico: os jogos Técnico-Lisboa Ginásio eram uma espécie de Sporting-Benfica do vôlei, com a diferença que ganhou sempre o Técnico, anos seguidos.

Entretanto já aparecera a “Bola”. Os editoriais do José Olímpio, cheios de erudição e citações em Latim, ainda hoje me fazem considerá-lo um percursor dos actuais “jornalistas culturais”. Enfatuado e palavroso, mas apesar de tudo menos ridículo do que eles. E também os do Tavares da Silva, mestre em descobrir cognomes para os grandes astros de então: o Vasques era o “galgo de raça”.

Havia sempre um parceiro que emprestava a “Bola”, às segundas e às quintas.

Depois, vieram os primeiros anos do Técnico e os campeonatos de futebol de salão. Foram emoções fortes, com uma equipa que se chamava “O conjunto vazio” (nome vindo direitinho das matemáticas): perdemos uma final por 4-3 no prolongamento! Entre parceiros e adversários, alguns nomes mais ou menos conhecidos: o Fernando Belo (que acabou o curso e se fez padre, e por aí chegou à política, o que lhe saiu do pelo), o Botequilha (há meia dúzia de anos conselheiro do Eanes), o José Bernardino (hoje do Comité Central do PCP), o Rui Duarte Ferreira (um dos “Duartes Ferreiras” de que a Eduarda falou no último número), o Marques do Carmo (que foi ministro no 6.º Provisório).

E no Técnico veio enfim a convergência entre desporto e política. A minha primeira batalha na Associação de Estudantes foi a do Desporto Universitário, quando o governo quis dar à Mocidade Portuguesa o monopólio da organização de torneios desportivos universitários. À custa disso, fui em missão a Coimbra, com um colega de Ciências (eram os primeiros tempos da R.I.A.), para mobilizar para a causa a direcção da Associação Académica. E nessa noite as paredes coimbrãs encheram-se de pinturas reivindicando a libertação de Goa: escusado será dizer que esperámos ser presos os dois, a cada momento, enquanto por lá estivemos, mas afinal não foi dessa.

Por muitos anos mais, já adulto, não acabariam as memórias em que cada momento desportivo me traria de volta amigos e situações que lhes estiveram associados. Fico-me por uma última, já bem entrados os famosos anos 60: o inesquecível Portugal-Coreia de Londres, que vi espapaçado num cafezito de Sines, por onde andava em digressão a remoer um amor infeliz.

A televisão, que me entrou em casa com o 25 de Abril, retirou-me estes prazeres. As minhas memórias desportivas passaram a ser todas iguais: apenas as de umas horas (mas umas) sentado em frente do televisor. Quase sempre sem amigos, sem festa, sem “aventura”. O “progresso” tem destas coisas.

62

CONTROLO

CONTRA A COMUNICAÇÃO SOCIAL

EM 1988, O PS E O PSD ENTENDIAM-SE para reverem a Constituição. O acordo então estabelecido deu à luz, entre outras coisas, um monstro baptizado de Alta Autoridade para a Comunicação Social.

A altura só podia vir de um lado: não se chama baixo a um órgão que, ao contrário do que aconteceu com o Conselho de Imprensa, até teve consagração constitucional. A autoridade resultava do facto de, pelo menos sete dos nove membros integrantes da última criação dos senhores Cavaco Silva e Vitor Constâncio, serem indicados pelos partidos por si presididos, quer através do Governo, quer por via da Assembleia da República.

Que era para a Comunicação Social, até o ministro e o Secretário de Estado da tutela entenderam, quando o senhor Marques Mendes - com a alta autoridade adquirida no passado - lhes explicou as funções da "coisa". A ela caberia - como os franceses, por experiência própria, muito bem sabiam - dizer para quem não se deve ser os canais privados de televisão, mais as três frequências regionais de rádio, mais o "Jornal de Notícias" e o "Diário de Notícias".

Mal essas tarefas estejam cumpridas, o monstro até pode ser morto. Compreende-o o senhor deputado Pacheco Pereira, como muito bem provou quando, com aquela franqueza que se lhe reconhece, anunciou que o PSD iria aproveitar a próxima (!) revisão constitucional para liquidar a criatura que, agora, era necessário parir.

Já demonstra não o entender o senhor deputado António Guterres, quando assegura que o PS, mal se veja em maioria, proporá a criação de um órgão sem os defeitos deste. O senhor deputado António Guterres - que se fez de distraído quando o seu camarada Vitor Constâncio acordou no que acordou com Cavaco Silva - ainda não entendeu que, depois das próximas eleições, o tal órgão já não serve para nada porque, nessa altura, já estará mais do que decidido quem dominará o sector nos próximos anos.

Se dúvidas houvesse acerca disso, a forma como, apenas duas ou três semanas depois das declarações do senhor deputado António Guterres, o "Jornal de Notícias" foi entregue ao senhor Freitas Cruz, aí estava para as dissipar. E nessa altura, nem o senhor deputado António Guterres, nem o Partido Socialista, se lembraram, ao menos, de anotar que o senhor Freitas Cruz que comprou o "Jornal de Notícias" é o mesmo administrador da televisão que quer despedir cinco jorna-

listas que trabalham simultaneamente noutras publicações - uma das quais sai de três em três meses e outras três são revistas femininas - sob a acusação de falta de lealdade para com a RTP...

O que então - como hoje - fará falta é um Conselho de Imprensa, com efectivos poderes para fazer aplicar as normas legais que regem o exercício do jornalismo. Mas o PS fingiu acreditar no PSD, quando este dizia opôr-se à constitucionalização do Conselho de Imprensa, e os resultados estão à vista: o Conselho foi extinto e o Governo já faz constar a sua intenção de extinguir a própria lei que lhe deu origem.

O que então - como hoje - fará falta, são Conselhos de Redacção, com competências reais para se pronunciarem sobre tudo o que diga respeito à linha editorial do órgão de comunicação respectivo. Mas o PS deixou cair as propostas que sobre essa matéria apresentou na última revisão constitucional, a troco da urgência em concluir um acordo com o PSD, que estabelecesse de vez o regime.



Ao PS restou, pois, atirar o senhor deputado Arons de Carvalho à fogueira, pondo-o a defender no debate da lei ordinária, aquilo que o senhor Vitor Constâncio e a direcção do partido esqueceram na discussão da Lei Fundamental. As declarações do senhor deputado António Guterres servem para ver se os jornalistas e a opinião pública se esqueceram disso.

Espera-se que, por muito curta que a memória seja, não esqueçam. Como se espera que não esqueçam que esta baixa autoridade contra a comunicação social foi criada sem que, afinal, alguém esteja convencido da sua justiça. Obviamente, não merece qualquer credibilidade. A sua constituição só foi possível através de um supremo exercício de hipocrisia política, magnificamente expresso nas derradeiras palavras proferidas no Parlamento por esse ex-paladino da "libertação da sociedade civil" que é o senhor deputado Pacheco Pereira, quando explicou que a presença de jornalistas no novo órgão era uma manifestação de corporativismo!

João mesquita

IMPRESA

IMAGENS CHOCANTES

SÃO ALGUMAS DAS IMAGENS RECENTEMENTE publicadas na imprensa diária e semanal:

- Jorge Sampaio, esposa e Rui Godinho, à cabeça da procissão da Senho-

PASSA PALAVRA

O TEMPO É DE MUDANÇA E A MELHOR FORMA DE NÃO CAIRMOS NO CINZENTISMO-alaranjado dos dias que correm é continuarmos ao lado daqueles que como nós aspiram a algo mais.

O combate é isso mesmo, a luta contra a indiferença, a luta contra a imobilidade, porque no fundo há muitos modos de ver.

Leio o "Combate" há cerca de dois anos e sempre com grande interesse e concordância e venho desta forma tornar-me assinante - a partir do número de Junho.

Por um combate vivo, um combate de ideias e valores, não deixo para amanhã o combate de hoje. Um abraço.

J.M.R.
(almada)

ra da Saúde, que se destina, supõe-se, a pedir Saúde à dita, que é coisa que sempre falta e que já todos desistiram de pedir aos Serviços que a tal se destinam. Lá vai Lisboa!

- Teodoro, engratado, da FENPROF e do SPGL (que recentemente exigiu a demissão do Ministro da Educação), e da Terceira Via também cumprimenta, afável e sorridente, Roberto Carneiro que lhe corresponde - uma demonstração de amizade e de admiração mútuas, na entrada ou saída de uma reunião de alto nível destinada a pôr-nos ao nível alto da Europa, certamente. Morre ao PRC!

- Maria Barroso, esposa do PR, declaradora célebre da Nossa Senhora da Apresentação de Alvaro Feijó ("Nossa Senhora da Apresentação e da Justificação - a Fome!"), de mantilha pela cabeça e olhos no chão, cumprimenta o Sumo Pontífice em sua morada, não muito longe das pinturas de Miguel Ângelo que a Santa Sé continua a não deixar despir.

Viva a Liberdade!

- Cavaco atento e venerador. Por uma vez não dá lições, mas escuta, entre o perturbado e o perturbador. Quem está a seu lado é a Psicóloga do Partido, de que os militantes se queixam nas colunas sociais. A cientista tem qualquer coisa de Edite Estrela, pelo menos na fotografia. Dirá o que está certo e o que está errado a alguém que nunca se engana! Viva a ciência humana e aplicada!

- Cavaco, outra vez: tronco nu, metido no crude da Madeira até aos joelhos, calção de banho de absoluta moralidade, com cordões brancos à vista. Faz a prova do ambiente ao lado, mais nutrido e peludo, A.J. Jardim. É mais um mergulho para-governamental no crude. É o documento dos primórdios de uma tradição que agora começa. Semelhante ao banho anual em Carcavels que no dia 1 de cada ano a RTP nos dá. Viva a tradição!

- Havel, presidente dum país de Leste, com algumas das 12 estrelas em fundo, como auréola. Poeta, ao que parece universal, contenta-se ali em olhar para 12 estrelas amarelas cosidas no universo de pano de uma bandeira europeia: "Sonhar o mais alto possível" é sinónimo de "fixar o olhar nas estrelas da bandeira europeia". Morre à utopia!

Imagens, entre muitas outras, eventualmente chocantes. Em nome da estética e da moral, propõe-se que sejam interditas a menores de 18 anos. Para que não pensem tão mal de nós, adultos. Simples manobra de auto-defesa...

NEGÓCIOS

LIXO TÓXICO

MAIO, MÉS TRADICIONALMENTE DAS ROSAS, foi de facto o mês de todos os lixos.

Nos Açores, caixinhas verdes de 12 por 6 centímetros deram à costa. A inscrição em inglês de "danger" e vários peixes mortos fizeram desconfiar de que se tratava de produto tóxico, provavelmente com origem em laboratórios militares. A PJ está a investigar o caso e já mandou recado aos amigos americanos da Base das Lages.

Um navio cipriota derrama 170 toneladas de crude na costa de Sines, cobrindo uma área de 270 km² e atingindo as praias de Melides e de Sto. André. As marés e os ventos ajudaram afastando as manchas negras para o alto mar e poupano a costa alentejana ou um maior desastre.



Na Madeira o problema do governo de João Jardim é bem diferente: que fazer com as 15 mil toneladas de crude recolhidas depois da maré negra de Dezembro?

Entretanto, rebenta uma polémica que envolve municípios, o IAPMEI, governo e, claro está, os cidadãos de 4 concelhos que, de um dia para o outro, se arriscam a ter por vizinhos piscinas de lixos tóxicos.

Misteriosamente um estudo sobre "Sistema de Gestão de Resíduos Industriais", do IAPMEI, diz que "não há impedimento legal para a importação de resíduos perigosos uma vez existindo capacidade disponível e meios técnicos para os receber e depositar". Será que pensam os responsáveis por este projecto vir a transformar o país num depósito internacional de todos os lixos perigosos?

Em 1987, cada português tinha direito a 100 quilos de lixo tóxico e prevê-se que em 1995 estes números sejam duplicados pela previsão de 2 milhões de toneladas de resíduos perigosos atribuídos à indústria.

Dos 1,05 milhões de toneladas produzidas em 1987, 82% foram eliminadas por descarga directa no solo, sem qualquer tratamento, 17% seguiram para os dois únicos aterros controlados, ambos no concelho de Sines.

Sines, Santiago do Cacém, Grândola, Estarreja e Gondomar, são os concelhos onde se prevê a instalação de unidades e aterros de lixo tóxico.

Questões como Sines ser zona de forte actividade sísmica, ou de Grândola, na área das velhas minas (onde se prevê a construção dos depósitos) pertencer à Reserva Ecológica Nacional não parecem preocupar muito os responsáveis.

O governo paga umas viagens ao estrangeiro aos autarcas mais renitentes e Macário Correia sugere contrapartidas financeiras às autarquias.

Todos os que podem garantir que estas instalações são 100% seguras, pois se até em outros países bem mais europeus que nós, elas existem...

Com tudo isto ficamos a saber que existe uma "Direcção Geral de Qualidade do Ambiente", um "Serviço de Combate à Poluição", com sede em Lisboa, e o cargo de "Engenheiro-Chefe de Combate à Poluição do Mar".

Ficam os mais crédulos conscientes dos enormes esforços dos nossos governantes na questão do ambiente, e se não, veja-se Cavaco e vários ministros a tomarem banho nas praias de Porto Santo na esperança de serem seguidos avidamente por bandos de turistas portadores de divisas. Ou Cavaco com a lágrima ao canto do olho ao ver as zonas mais afectadas pela maré negra na Madeira, ou ainda as suas várias visitas ao novo sistema de saneamento básico da linha do Estoril, obra de investimento colossal, que nos deixa esperançados de ver um dia as praias da linha limpas e cheinhas de turistas.

Com um ambiente completamente sujeito às mais selvagens leis do lucro fácil, este é o país em que sai mais barato aos armadores de petroleiros o pagamento de uma multa pelo despejo directo no mar da lavagem de tanques do que pagar os prejuízos de não o fazer.

O não respeito pelo meio ambiente e pelas leis de funcionamento da Natureza, provocará certamente, uma profunda alteração na própria condição de seres vivos num planeta devastado pelas razões de um "progresso" que a maior parte dos seus habitantes não escolheu.

J. C.

JUROS

A MINA DE OURO DA EDP

MUITOS CONSUMIDORES DE ELECTRICIDADE já devem ter dado por uma "multazinha" de 250 escudos que têm de pagar quando se atrasam no pagamento mensal um só dia que seja. Terão resmungado, mas aceitado a coisa



com o fatalismo habitual: contra gigantes como a EDP ou os TLP tem-se sempre a sensação de pigmeus diante de inepugnáveis muralhas.

Pois vale a pena fazerem-se algumas continhas. Suponhamos que 1 milhão de consumidores, cada um com uma conta de 2500 escudos, se atrasa, num dado mês, um dia no pagamento. A EDP, que deveria receber 2,5 milhões de contos, recebe, por ter deixado essa massa durante apenas 24 horas nas mãos dos consumidores, mais 250 mil contos. Ou seja: fez um empréstimo aos consumidores a um juro de 10% ao dia! Se isso se passasse todos os meses, ao fim do ano a EDP teria "empréstado" 2,5 milhões de contos durante dez dias, e por essa aplicação de capital teria recebido... 3 milhões de contos. O juro anual deste "investimento" é de tal ordem que não caberia numa linha desta prosa (e convém não esquecer que, durante os restantes 355 dias, a EDP continuaria a ter na mão os seus 2,5 milhões para aplicar com entendesse). Para ter uma ideia, basta pensar que se o atraso mensal no pagamento fosse de 10 dias, e não de um, o juro anual correspondente seria, ainda assim, à volta de 3600% ao ano!

Do ponto de vista do consumidor individual, o caso pode ainda agravar-se: se a sua factura for de apenas 1000 escudos, então será de 25% o juro que pagará à EDP por um só dia de atraso.

Dir-se-á: mas se isso é verdade, como é que as empresas consumidoras de electricidade, não tão pigmeus como nós, não desataram por aí aos berros contra tal abuso? É simples. É que este excelente negócio, segundo o decreto-lei que o criou (o 103-C/89) só se aplica aos particulares. As empresas, essas, limitam-se a pagar os habituais juros de demora, à taxa de desconto do Banco de Portugal, acrescida de 5 pontos, e só após 30 dias (não um!) de atraso no pagamento. Nesse caso, o decreto chama-lhe juro, e está certo. No dos consumidores domésticos, pudicamente, o juro dos 250 escudos é designado por "compensação". Delicioso, não é?

O Estado encontrou enfim, não só um meio de reduzir o volumoso défice da EDP, mas sobretudo um negócio financeiro que não tem paralelo - e não vem, é claro, no famoso livrinho da poupança do Cadilhe, pela simples razão que não é acessível ao comum dos mortais. Quanto à EDP, imagine-se como passou a desejar que os consumidores se atrasassem, se possível um dia só, e como os seus administradores esperam ansiosamente, cada mês, o resultado da operação, isto é, o montante arrecadado!

Pergunta-se: embora "legalizado" por um decreto-lei, será isto legal? Terá mesmo o Estado poderes para decretar a prática de usura por uma empresa pública (ou pelos Municípios que explorem redes de distribuição, a quem a medida também se aplica)?

J. M. P.

63

MULHERES

SEXISMO NO BCP

A DISCRIMINAÇÃO SEXISTA NAS admissões no Banco Comercial Português (BCP) veio mais uma vez a público recentemente, com a possibilidade de apresentação do caso no Parlamento Europeu, por deputados portugueses. Empregando apenas sete mulheres num conjunto de 1700 trabalhadores (situação inédita no sector bancário onde, em média, o emprego feminino ultrapassa os trinta por cento, trate-se de bancos públicos ou privados), o BCP tem sido alvo de críticas de diversas origens, desde sindicatos e organizações de mulheres, até organismos estatais, como a Comissão da Condição Feminina e a Comissão



para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE).

Já em princípios deste ano, instado pelo "Diário de Notícias-Magazine" a explicar a situação, o director do Departamento de Recursos Humanos do BCP, Magalhães Fernandes, confirmando a admissão de apenas duas mulheres em 822 pessoas, em 1989, declarava que "entre centenas de pessoas sujeitas aos testes, algumas dezenas de senhoras, por motivos vários, não foram seleccionadas". A seguir, recusava especificar tais motivos, dando a conversa por terminada.

Há semanas, Jorge Manuel Jardim Gonçalves, presidente do mesmo banco, confrontado com a questão em entrevista ao "Expresso", respondia, por sua vez, que "não há discriminação nenhuma (...). Apenas, dentro da estratégia de gestão do BCP, esse problema não é tratado de forma meramente estatística". Noutro passo, adiantando que os jurís de selecção se preocupam é com "currículo, disponibilidade e exclusividade", negava, no entanto, a falta de correspondência das candidatas às exigências de disponibilidade. Por outro lado, o mesmo senhor argumentava com a masculinização da banca, mesmo internacionalmente, tal e qual, quando lhe faziam notar que, das sete empregadas, três têm cursos superiores mas todas desempenham funções administrativas, enquanto muitos dos quadros do banco são jovens licenciados.

A passagem mais notável do diálogo, porém, é aquela onde Jardim Gonçalves, "encostado à parede" pela jornalista, sem saber já o que dizer, admite que "as coisas poderão ter

outro ritmo, alterando a situação actual, sobretudo a partir de 91". Lá mais para o ano, portanto... Perante tal hipótese, ocorrem-nos logo interrogações como: não será prematuro, comportando sabe-se lá que ameaças, abrir assim indiscriminadamente a entrada às mulheres, já no próximo ano? Estarão elas preparadas? Não terão qualquer insuficiência no programa genético, a incapacitá-las para o exercício de funções no BCP? Será que não cospem no chão, não mordem, não põem em causa a integridade dos colegas, a segurança dos edifícios, etc.? Não irão os senhores responsáveis do BCP, com tal abertura, tal permissividade, arriscar-se a horrores como, por exemplo, o de serem castrados? Imaginamo-los já entre a insónia e o pesadelo.

elisabete frança

EP's

DESNACIONALIZAÇÕES

JULGAVA-SE QUE AS PRIVATIZAÇÕES tinham por base um princípio, pelo menos uma convicção, tantas vezes enunciados: o Estado não sabe gerir empresas, só os privados têm competência para isso. Traduzido por mitos, o Estado deveria passar para mãos privadas quer as empresas públicas, quer as suas participações em empresas privadas, por forma a torná-las mais eficientes e rentáveis.

Sucedeu que a realidade vem desmentir tão sólidos princípios ou convicções. Por exemplo, a EPSI foi vendida à empresa finlandesa NESTE OY, a quem foi também cedida a exploração da CNP. Entregou-se, pois, todo o sector petroquímico de Sines à Neste, que se prepara agora para se candidatar a uma boa fatia da Petrogal, como se sabe a maior empresa industrial portuguesa. Que terá isto de estranho? É simples: A Neste é uma empresa estatal, isto é, afinal não se privatizou. O gestor deixou de ser o Estado português para ser... o Estado finlandês. Tratou-se tão-só de uma *desnacionalização*.

E, já que se fala de finlandeses, ainda recentemente o governo ofereceu um chorudo subsídio para cá se instalar à VALMET, também finlandesa e... também estatal! Como finlandesa e estatal é a OUTOKUMPU, a quem o Estado português se associou para estudar a metalurgia do cobre, que, se vier a fazer-se, terá naturalmente uma forte participação, se não a maioria, daquela empresa.

Aliás, nunca ouvimos os nossos governantes classificar de incompetente a gestão da Renault, empresa pública francesa e o maior produtor de automóveis em Portugal, por contrato com o Estado. Como não é de esperar que se venham a opor à anunciada candidatura à "privatização" dos TLP por parte da TELEFÓNICA espanhola, empresa pública também ela. Ou à da USINOR-SALICOR, empresa públi-

ca francesa, à "privatização" da Siderurgia Nacional.

Note-se, de resto, que na chamada lei das privatizações, nada se opõe a que as elas concorram empresas públicas de outros países.

Que concluir? Que afinal não há princípio nenhum: quem é "branco nos negócios" (disse-o Cadilhe) é simplesmente o Estado português - não o Estado, em geral. Onde estão as convicções ideológicas desta gente?! Por onde andam as sacrossantas virtudes da iniciativa privada?! Entretanto, quando dermos por isso, uma boa parte da indústria (e Banca, e Seguros, e Telecomunicações, etc.) portuguesa pertencerá ao sector público de outros países, enquanto o governo continuará a falar do seu programa de... privatizações. E muitos papalvos continuarão a elogiá-lo por isso.

J. m. p.

TELEVISÃO

PRODUÇÃO E CONSUMO

ELAS DEBITAM TEXTO EM INTERIORES e exteriores, "tradicionalis" e "modernos". Eles cantam quando estão contentes e quando estão tristes, quando têm "mensagem". Eles dançam em corpo de baile para fechar o quadro. Eles são de todas as gerações possíveis em tempo útil. Da cidade e do campo. Desempregados e latifundiários. Homens conservadores, mulheres "emancipadas". Há de tudo: putas e avoizinhas, meninos-família e crianças malcriadas, orfãs e viúvos, acidentes de automóvel, festas de aniversário, jóias no prego, decorações de montras da Baixa. Tudo e todos com bom fundo, no fundo: o pai tirano só quer o bem da filha e à criança mal criada o que faz falta é uma família, etc., etc...



O elenco não é de arromba, mas lá temos a Carmen Dolores, a Laura Soveral, o Curado Ribeiro, enquadrando uma multidão de irmãos, primos, amigos e tios - esperançosos jovens colegas com um fadista ao centro.

A Edipim produziu (quanto gastou? Quanto ganhou?) Uma Paula Pacheco realizou (quanto recebeu?). A RTP apresenta (quanto custou?). À 2.ª feira, lá mais para a noite.

Quando se está mal disposto com o mundo, saudoso do fim de semana acabado, perplexo com a situação de Leste, indignado com o anti-semitismo e o racismo, acabrunhado com os burocratas, o trânsito e os negócios de Lisboa, nada melhor do que esta série. E, se, ainda por cima, o telespectador tiver espírito de detective (e alguma persistência, e algum espírito de sacrifício) poderá aplicar-se a descobrir, de semana para a semana, a razão do título: CHUVA DE MAIO. Pelo meio, terá

oportunidade de assistir a alguns nacos de involuntário teatro do absurdo, com lições práticas de pedagogia e catequese, onde não falta aquele discurso sem fronteiras entre machismo e feminismo que faz, como o Indesit, a alegria dos lares portugueses. E no fim de cada episódio, recreará o olhar nas viciosas searas que esperitam por detrás das letras do misterioso título que até ele, nesta série de decalques e sobras, sobejou de uma telenovela anterior.

Indescritível.

Mais uma peça em defesa da TV privada?

ANÚNCIOS

ENGENHEIROS DE ALMAS

SEM COMENTÁRIOS, AI VAI UM anúncio saído na imprensa, exemplo da "modernidade" em que vivemos e das novas "especialidades" que suscita. Estará o vosso *software*, leitores, preparado para apreender, em todas as suas implicações, a "boa nova" que vos anunciam estes prometedores "engenheiros"?

ENGENHARIA COMPORTAMENTAL

PORQUÊ ENGENHARIA?

Porque o comportamento humano é, em tudo, semelhante a *software*. A possibilidade de programar e modificar o comportamento é *inegável*. Essa tecnologia existe.

Nós dispomos da TECNOLOGIA E DOS MÉTODOS DE TREINAMENTO para, com elevado grau de precisão, definir, modelar, fixar padrões e seqüências comportamentais de importância estratégica e eficácia comprovada.

PORQUÊ COMPORTAMENTAL?

Porque a Engenharia Comportamental tem como foco o comportamento humano externo e observável. O seu objectivo é a modificação e o aperfeiçoamento do comportamento organizacional face aos objectivos da empresa. E ainda porque caracteriza modelos comportamentais otimizados, tendo em atenção as circunstâncias próprias dos vários posicionamentos funcionais nos diversos tipos de empresa e de negócios.

PORQUE LHE INTERESSA?

Porque o comportamento interactivo tem um fortíssimo impacto na imagem de marca da sua Empresa.

Porque o comportamento interactivo é um poderosíssimo instrumento de marketing interno. E ainda porque os nossos destinatários constituem peças chave do sucesso da sua organização: CHEFIAS, RESPONSÁVEIS DE PRODUTO, NEGOCIADORES, PESSOAL COMERCIAL E DE VENDAS, PESSOAL EM CONTACTO, FORMADORES e todos aqueles que ocupem cargos com elevadas exigências de interacção.

SABEMOS APERFEIÇOAR COMPORTAMENTOS INTERACTIVOS



NÃO DEIXES PARA AMANHÃ O COMBATE DE HOJE

DESEJO FAZER A ASSINATURA DO COMBATE

por 1 ano por 2 anos

nome _____

morada _____

c. postal _____ tel. _____

profissão _____ idade _____

CONDIÇÕES DE ASSINATURA ANUAL

Portugal 1500\$00 Estado Espanhol 2000\$00

Europa 2500\$00 Outros países 3000\$00

CHEQUE OU VALE POSTAL PARA

Combate. Rua da Palma, 268, 1100 Lisboa

PRÓXIMOS TEMAS NO COMBATE

Maio, EMPRESAS/Junho, DESPORTO/Julho, MEMÓRIA

64

JOÃO MARTINS PEREIRA

DISSE HÁ TEMPOS O DR. SOARES (INSPIRADO CER- tamente no "filósofo" da moda) que os portugue- ses "irão marcar o futuro da Humanidade" e, tem- pos depois, o seu primeiro gesto ao "presidir" em Coimbra foi visitar o túmulo de D. Afonso Hen- riques. Cavaco não lhe ficou atrás, e afirmou, na televisão, que "na Europa do século XXI, Portugal ocupará o lugar de relevo que a sua História requer e o seu povo exige".

Nas chamadas democracias, com a excepção no- tável de De Gaulle (que nada tem em comum com as figuras citadas) não é hábito os políticos invoca- rem a História em tais termos, prometendo "ama- nhãs que cantam" (há os que preferem "designios nacionais") em nome das "grandezas passadas" ou dos "oito séculos de história". É caricato, sobre- tudo por se saber que esta espécie de concurso "Quem é o mais patriota?" apenas tem que ver com designios pessoais, e bem pouco com o futuro colectivo. As "lições da História" têm sempre de ser lidas a partir do presente: este nacionalismo ba- rato apenas significa que o presente não vale muito.

Mas, passando a coisas sérias, que podemos en- tender por "lições da História", e que valor lhes podemos atribuir? Detenhamo-nos, antes de mais, sobre aquilo de que é feita a História que nos chega.

MEMÓRIA, HISTÓRIA, IDEOLOGIA

A História é feita de *memória* (documentos es- critos, iconografia, monumentos, objectos, etc.), de *lacunas objectivas* imensas (tudo o que não ficou registado ou assinalado) e de *ideologia* (no sentido largo de "visão do mundo"), consciente ou não, do próprio historiador.

Por um mecanismo semelhante àquele pelo qual tendemos sempre a escolher a *memória útil* da nos- sa experiência vivida para nos justificarmos, tam- bém o historiador vai escolher, nos tempos e nos factos, aquilo que melhor se adequa ao seu modo próprio de ver o presente. Sem que isso constitua regra geral, é natural, por exemplo, que o historia- dor menos politizado tenda a especializar-se em tempos recuados ou em épocas pouco controver- sas, e o mais empenhado em períodos mais recen- tes, e o mais empenhado em períodos mais recen- tes, e o mais empenhado ideologicamente "quen- tes". Depois, o historiador vai ter de *seleccionar* os factos, introduzindo com isso *lacunas subjectivas*: também aí, a massa de informação é muito maior para o século XIX do que para a Alta Idade Média ou para o Império Romano, o que permite maior ou menor margem para a incidência do factor ideol- ógico. Enfim, o historiador vai *interpretar*, vai re- lacionar, vai porventura inserir – deliberadamente ou não – a sua versão numa qualquer "filosofia da História", ainda que recuse tal coisa.

Ainda no ano passado, com o bicentário da Revolução Francesa, se viu como o *presente* deter- minava (justamente por se tratar de acontecimento fulcral na era moderna) leituras divergentes da His- tória, quer na selecção, quer na interpretação, por parte de historiadores de diferentes ideologias. E como, antecipando-nos ao que se segue, o poder político privilegiou uma versão *soft* da Revolução que se destinava a "sacar feridas" antigas na socie- dade francesa (o silêncio a que foi votado Robes- pierre e a "reabilitação" de Danton foram sinais disto) e a reforçar uma consensualidade/desideolo- gização tão caras ao actual presidente. Aliás, feri- das essas que há um século estavam ainda tão vivas que praticamente as comemorações se reduziram à Exposição Universal e, sobretudo, à inauguração da sua coqueluche, a Torre Eiffel.

Porém, a História que chega ao comum dos ci- dadãos não é a dos historiadores que, até há pou- cos anos, destinavam os seus livros e artigos a um público restrito: o historiador-divulgador é uma personagem que, praticamente, nasceu com a tele-



visão, e nem sempre é bem visto pelos seus pares.

Os manuais e, cada vez mais, revistas, jornais e TV – são esses que a partir do conhecimento tra- zido pelos historiadores (em 2.º, 3.º ou 8.º ano, conforme os casos), fazem chegar ao público, mas- tigadas, re-seleccionadas e em linguagem comum, as versões de consumo dos sucessos passados. Quem são os seus autores? Professores do primá- rio e do secundário e, sobretudo, a "elite cultural" e os jornalistas. Todos, à sua maneira, introduzem a sua própria ideologia, quanto mais não seja na es- colha das fontes que utilizam.

Muitas "lições" já surgem nesta fase. Mas, como seria de esperar, é o mundo político quem, em de- finitivo, tem maior propensão para as "grandes sín- teses" – pois é ele quem se propõe "modelar o pre- sente e preparar o futuro" da comunidade. As "li- ções da História" (quase sempre ajudados por prestáveis conselheiros culturalmente mais ágeis) irão buscar legitimidade e "estatura", e força mobi- lizadora – para as urnas, ou mais desgraçadamente para histerias de massas, guerras, genocídios.

HISTÓRIA E POLÍTICA

Não surpreende que seja a Direita (as classes do- minantes, se preferirem), por nunca se querer assu- mir como tal, mas como "legítima" depositária de valores tradicionais, da continuidade e da ordem, quem mais precisa de colher na História as lições que a justifiquem e lhe dêem uma imagem "acima das ideologias".

A leitura da direita da História tem sempre por base lógicas do tipo "se sempre foi assim, assim é e será sempre" ou "se já foi (ou fomos) assim, as-

sim voltará (ou voltaremos) a ser".

Este último raciocínio, subjacente embora às afirmações, citadas no início, de Soares e Cavaco, é, no entanto, mais corrente na legitimação de di- tadores nacionalistas, de salvadores de "Pátrias in- governáveis".

Mussolini, primeiro, Hitler, mais tarde, propu- seram-se restituir a grandeza do passado (a do Im- pério Romano, num caso, a da hegemonia da Na- ção/raça germânicas na Europa, no outro) a povos a que a 1.ª Guerra e as suas seqüelas trouxeram o desânimo, a frustração, a miséria, a humilhação. Mussolini povoou Roma de monumentos e escul- turas imitadas da época clássica e, não podendo manifestamente reconstituir o império dos Césares, contentou-se com a gloriosa conquista... da Abis- sínio. Quanto a Hitler, proclamou o 3.º Reich (ou 3.º Império, depois do de Otão e Carlos V, e do de Bismarck), que deveria durar 1000 anos, e a ver de novo a superior raça germânica impor-se a uma Europa decadente e minada pelo Judaísmo, e do- miná-la pela força das armas.

A direita conservadora, essa, é mais propensa às lições menos ambiciosas que decorrem do primeiro tipo de interferência: sempre houve ricos e pobres, os que mandam e os que obedecem, grandes ho- mens e massas ignorantes e pecadoras (prontas a morrer por eles, obviamente). Logo, a História en- sina-nos que isso é uma constante (um designio de Deus, para os mais devotos), e não adianta tentar alterar "o que sempre foi".

Curiosamente, assumindo-se embora como um "salvador", e inspirando-se na doutrina fascista, Salazar, provinciano, paisano, católico e temente

ILUSTRAÇÃO DE FONTE SANTA

aos malfélicos do desenvolvimento, aproximou-se bem mais desta leitura conservadora da História, do que da versão triunfal e expansionista dos dita- dores do tempo. O seu ideal foi o de uma socie- dade conformada com a sua pequenez, humilde e vir- tuosa, trabalhadora, ordeira, cristã – Deus e a Fa- mília, os seus dois pilares. O terceiro, a Pátria, nunca serviu para prometer novos feitos, mas para propiciar ao "bom povo" (Spínola, recordam-se?) o "orgulho de ser português" (Soares *dixit*, quantas vezes!), por saber que "já foi grande", que "deu novos mundos ao mundo", que "venceu todas as batalhas". Na sua visão da História, Portugal traiu- se de cada vez que foi anti-católico (Pombal), ou que se deixou cair na desordem (liberalismo, Repú- blica). Não pedia heroísmos, mas acabou por ter os "seus heróis", na ingloria guerra de que não viu o fim – e cuja vitória nenhum livro de História regis- tará (embora alguns digam que assim foi por uma nova traição: a do marcelismo).

Quanto à direita "moderna" e tecnocrática, não liga muito à História. Basta-lhe o controle da Co- municação Social, e a gestão cuidada dos "rebuça- dos" eleitorais: reformas, etc.

A ESQUERDA E A HISTÓRIA

A esquerda não precisa de se legitimar pelas "li- ções da História" por duas razões. Por um lado, porque os homens que lutam pela sua própria emancipação (e não só por um salário melhor ou pela liberdade de votar de tempos a tempos) trans- formam a sociedade – e é isso a esquerda, todas as esquerdas que houve, com ou sem esse nome – afirmam-se na acção, legitimam-se nela, e assu- mem-se de esquerda, pois não têm que esconder os motivos por que se batem, o que não sucede com a Direita. Por outro, porque, enquanto a Direita necessita de mobilizar massas que, em teoria, lhe são "exteriores", e lhe é útil, portanto, falar "em nome da Nação" e como continuadora da sua tra- dição histórica (e não em nome das classes privile- giadas, que procura perpetuar), a Esquerda *está*, por natureza, nessas massas (*é essas massas*) e mobi- lizá-las, justamente, fazendo-as olhar para o *seu* presente e para o *seu* futuro.

Dai que, quando se ocupa da História, a tarefa da Esquerda não é a de extrair lições, mas a de des- montar as lições com que a Direita se pretende legi- timar. A Esquerda assume-se como herdeira, não como "aluna", de uma História que seria *outra* sem as lutas contínuas, as vitórias e as derrotas de todas as esquerdas que a precederam – como é *outra* a sociedade, *outras* as lutas, e *outro* ser o fu- turo. E essa não é uma História de "nações" ideais, consensuais, homogêneas, que agem e se movimen- tam como um homem só, mas uma História de conflitos, de disputas, de lutas entre classes e gru- pos sociais com interesses divergentes *dentro* de cada nação, e à escala mundial.

O materialismo histórico foi uma arma poderosa nesse processo de desmitificação. Tão poderosa que o próprio "fazer História" se alterou profun- damente neste século. Por exemplo, quase não ha- via "História económica" antes, e a isso foram sen- síveis historiadores mesmo pouco aparentados com o marxismo.

É por tudo isto que uma "esquerda nacionalista" é uma aberração. Os que mais têm abusado dessa inclinação, por temor de serem acusados de "inter- nacionalismo" (e quem é mais internacionalista do que o capital?), são afinal aqueles que estão habi- tuados às manipulações da memória e que, contra todas as evidências, afirmam ter desconhecido os piores crimes – incluindo a "reivindicação da His- tória" – de uma ditadura supostamente "marxista" que não só apoiaram como permaneceu viva na sua prática política, em cada um dos seus gestos e dis- cursos.

65

1993 é já de seguida. Mas como ficou o mito europeu depois do Leste? Os dinheiros, as promessas, o país, são aqui inventariados por Martins Pereira.

Nós e a Europa

cee e portugal

João Martins Pereira

Nós, quem? A Europa, qual? A primeira interrogação é bem nossa conhecida. Corresponde à não aceitação de Portugal como entidade socialmente homogénea, quase personalizada, que faz e acontece, que beneficia ou não com isto ou com aquilo, que se esforça ou não por ganhar "desafios", europeus ou outros. É, pois, a perspectiva clássica das esquerdas, em geral. Foi nessa interrogação que muitos se apoiaram para reservas que, consumado o acto, não perderam sentido, pelo contrário. E foi a ela também que se agarraram os que, até ao último momento, radicalmente se lhe opuseram, embora na realidade por razões que sobretudo se prendiam com estratégias de guerra fria, e por isso hoje se vêem em palpos de aranha: como explicar aos militantes que a "pátria do socialismo" (assim a continuam a considerar) peça desesperadamente auxílio económico à CEE e receba de braços abertos o sr. Delors, ou troque a integração na NATO da Alemanha unificada por um punhado de marcos?

Mas à questão dos "nós" que terão a ganhar ou a perder com as diversas Europas possíveis, iremos mais adiante.

A segunda interrogação, essa, é novíssima, não ocorreria pô-la ainda há pouco mais de um ano, a não ser como mero exercício sobre hipóteses relativamente remotas: foi com as eleições na Polónia, em Junho de 89, que, de algum modo, tudo começou. Sucede que, justamente porque ninguém, nem mesmo os mais sábios "cientistas políticos" (e se os temos também por cá!), pôde prever o que neste ano se passou, o tempo não está para previsões, há excelentes razões para não acreditar nelas. Mas para constatações e reflexões, isso sim. Talvez mesmo mais do que nunca.

NO INÍCIO, A CEE

Começamos pela CEE, a única Europa de que se costumava falar. Pouco antes do "acontecimentos", Bruxelas conseguira uma *première* em toda a sua existência: que o mundo dos negócios, e em particular os Estados Unidos e o Japão, a levassem realmente a sério, com o golpe do "Acto Único" e o acenar da data mágica de 1992 (ou 1993, pouco importa). Era a chamada fuga para a frente. Desse modo voluntarioso se reconhecia afinal que, ao fim de 30 anos, não havia

nada que se parecesse com um Mercado Comum, ou seja, de que o seu objectivo primeiro simplesmente fracassara. Mas agora sim, iam pôr-se em prática cento e não sei quantas medidas que criariam, finalmente, o famoso "mercado de 320 milhões de consumidores". As revistas americanas passaram a falar da "fortaleza Europa", temendo o proteccionismo desse badalado Mercado Único, incitando as empresas americanas a que rapidamente se instalassem em força no Velho Continente, pois ele iria tornar-se um dos três grandes pilares económicos dos anos 90. Por cá, nem se fala: não houve gato sapato que não enchesse a boca, de ar muito importante, com o "desafio de 1992" — enquanto esperava para encher os bolsos.

Uma óbvia constatação, hoje, "depois dos acontecimentos", é a de que esse mito e essa triunfal certeza, se ainda continuam presos por cordelinhos, desembocaram irreversivelmente no domínio da dúvida, que os confiantes discursos já mal disfarçam. Quem vai poder acreditar que os "Doze" (agora "doze virgula qualquer coisa", com o seu novo contrapeso) vão ter sossego para se dedicarem, seguros e entusiastas, à laboriosa construção do tal Mercado Único que os múltiplos acordos com as "jovens democracias" de Leste irão torpedear por todos os lados (para já não falar em inesperadas novas adesões, que venham porventura a tornar-se politicamente inevitáveis)? Porque, se tudo começou politicamente (ainda que estimulado por dificuldades económicas a que a URSS deixou de poder acorrer), o que está hoje em causa é uma sólida integração das economias de Leste no sistema capitalista, se possível, mas não de todo indispensável, mantendo os novos regimes dentro do perfil "democrático ocidental" que alguns pensam ser a última palavra da História.

Ora dificilmente isto poderá ser conseguido deixando por muito tempo esses países numa periferia frustrada do "colosso" comunitário — isto admitindo que o "patrão" alemão o aceitasse, por qualquer surpreendente fidelidade aos seus actuais "parceiros". E é aí mesmo que se situa a questão crucial: por mais forças centrípetas (União Monetária, União Política) que os "Onze", com a França à cabeça, pro-

curarem criar a passo acelerado para amarrar a Alemanha à sua condição de membro da Comunidade, ainda que manifestamente o mais forte: por mais profissões de fé no mesmo sentido que os dirigentes alemães proclamam — não será fácil evitar que cada vez mais a Alemanha olhe aquele dócil rebanho de países extremalhadados como coutada *sua*, se não como *seu* espaço (económico) vital... Gorbachev já percebeu: não precisou de intermediários (Bush, NATO, CEE) para comunicar a Kohl a sua aceitação, da integração da Alemanha unificada na NATO.

É claro que muitas peripécias ainda estão para vir, não sabemos quais. É claro que muitas delas poderão alterar a marcha das coisas. É claro, sobretudo, que podem vir sérios contratempos de eventuais tropeços soviéticos, capazes de abalar a pacífica construção da "casa comum". Mas seja como for, seja qual for a Europa do fim do século, a Comunidade Europeia não voltará a ser o que era ou, talvez melhor, o que nunca foi. Como diria o outro, "já nem o futuro é o que era"...

Em resumo, não sabemos, e isso é uma novidade, a que Europa nos estamos a referir quando dizemos "nós e a Europa". Só sabemos que também ninguém sabe, e que não é certamente a tal de que se costumava falar, gostássemos ou não. Embora todos continuem a fazer de conta que é a mesma, com 1992 à porta, etc., etc.

Quando a "nós", é bem possível que nada disto venha mudar muito. Quando, por hipótese, Bruxelas fizer um papel semelhante ao de Salazar nos últimos anos de vida, com Conselhos de Ministros fantasma, enquanto tudo se decide em Berlim, ou, noutra hipótese, quando Berlim for o centro de uma "Comunidade" a 17, 18 ou 20, os nossos políticos e empresários continuarão tão submissos e caricatos como hoje, sonhando apenas com os "dinheiros" que ajudarão uns a ganhar eleições e os outros a comprar mais um carro de luxo e a fingir que "formam" mais umas centenas de trabalhadores — menos "dinheiros", por certo, pois haverá mais bocas, e mais à mão, para alimentar. A "Comunidade dos cidadãos", a "coesão social", e coisas parecidas, continuarão a inflamar os discursos de deputados europeus, hoje em Estrasburgo, sabe Deus se amanhã em Budapeste.

BENÇÃO ESTRANGEIRA

O tão ansiado investimento estrangeiro, que viria mudar a face "desse país", ficará em parte pelo caminho, por não podermos oferecer negócios nem geografia competitivos com os da "nova fronteira". Mas virão, apesar de tudo, os suficientes para irem tomando conta "disto" — incluindo "nisto", é claro, tudo o que seja terreno para prédios ou eucaliptos. O que pode é sair mais caro: uma Ford, por exemplo, daqui por uns anos talvez não pedisse só 10 milhões de contos para se instalar. Um dia dar-se-á por que afinal somos "nós" que investimos e eles que fazem o negócio.

O comum dos cidadãos, os que trabalham em campos, fábricas e escritórios, não sentirá grande diferença com a mudança de Europa: continuará a ter os mesmos problemas com a educação dos filhos, com a saúde, com os transportes, com a habitação, continuará a pagar IVAs e IRSs, a entreter-se com vídeos e outras coisas que virão, a inscrever-se em cursos do Fundo Social Europeu, talvez mesmo a pensar que isto é um "grande país" cada vez que uma qualquer Rosa Mota faça figura no estrangeiro. Continuará também a votar de tempos a tempos, como todos os "europeus", como cada vez mais europeus.

Os que pendularmente partiam, desesperados de por aqui ficar, terão em definitivo de ficar mesmo, porque a nova Europa não precisará deles e será, tudo leva a crer, mais nacionalista do que hoje: a livre circulação de trabalhadores foi, aliás, sempre a última coisa de que Bruxelas quis ouvir falar, nos seus projectos de Mercado Único. De resto, não foi precisamente para evitar essa livre circulação *dentro de um mesmo país* que a RFA começou o processo de unificação pelo alinhamento monetário, única forma de manter os "irmãos" de Leste sossegados do lado de lá?

Quanto aos que imaginavam a Europa ávida de "cultura portuguesa", vão ter imenso com que se entreter, passeando agora escritores e artistas por essa "apaixonante Europa Central", e nem os desencorajará ter sabido que o sr. Pivov não levou ao seu programa nenhum escritor português porque, muito simplesmente, desconhece por completo o que seja literatura portuguesa.

Entretanto, a economia crescerá a bom ritmo, prevêem os oráculos, as coisas irão melhorando aos poucos, como convém a bons discípulos do sr. Popper, que é o que deveríamos ser todos, segundo os ideólogos do "Público". E Portugal manterá o seu primeiro lugar em bairros de lata e em trabalho infantil, que julgo não estar ameaçado por nenhum país europeu, seja de que Europa for. Dirão alguns: "Mas você já reparou que hoje, em bairros de lata, já só vivem cabo-verdianos, angolanos e timorenses?" Para além de não ser verdade, tal observação será a prova de que, quanto ao "nós", nunca mais nos vamos entender.

E está certo assim. Uma parte de "nós" persistirá em bater-se contra a outra, ou outras, por coisas que *nenhuma* Europa lhe poderá dar.

66

LIVROS

PORTUGAL EM PERSPECTIVA

BOAVENTURA SOUSA SANTOS, SOCIOLOGO de trabalho conhecido, activista da ciência e da opinião, juntou alguns dos seus artigos e textos mais elaborados dos últimos anos e deles fez um livro: "O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)", publicado há pouco pelas Edições Afrontamento.

Os textos estão agrupados em dois grandes blocos.

No primeiro ("A crise revolucionária de 1974-75") integram-se alguns escritos numa veia mais intervencionista, sobre grandes temas de análise e da estratégia política. O MFA e a estrutura militar, enquadrado numa visão do Estado e da sua reconstituição durante o período estudado, é um dos temas da discussão, a partir de uma comunicação apresentada no colóquio que em Coimbra comemorou o décimo aniversário do 25 de Abril, e que constitui a mais significativa realização até agora compreendida nesse campo.

Mas o texto mais polémico é o terceiro. "A Questão do Socialismo", que o próprio autor apresenta como mais datado e polémico, à luz da sua concepção actual. É um escrito de percurso, menos preocupado com as polémicas ou até com a viabilização estratégica da intervenção socialista, e mais programático: o núcleo do poder e da sua transformação pela ruptura socialista, a articulação das reformas e da revolução, do político e do cultural, continuam a ser argumentos fortes de um registo histórico e que, à margem dos principais partidos da esquerda, representou no entanto um dos pensamentos mais elaborados e precursores nesse campo. Lido agora, o texto tem a virtualidade indiscutível de colocar as perguntas: e se todos sabemos que as respostas estão ainda por dar - e estarão enquanto a prática social não as desenvolver - fica-me sempre a ideia de que subavalia a dimensão própria do que chama a "ruptura socialista", isto é, a revolução socialista", como momento específico de uma concentração de todas as opções na esfera política, que é justamente o elemento de ruptura com as auto-protécções e regulações do sistema capitalista. Nesse sentido, a dimensão internacional tem evidentemente uma influência fundamental, que não aparece neste esboço de texto - mas seria nos anos posteriores que se descobriria quanto Portugal está envolvido num processo de internacionalização activa que envolve todas as estruturas económicas como os modos de comunicação e de decisão.

A segunda parte do livro, mais analítica, trata a grande questão que Boaventura Sousa Santos tem transformado num programa de investigação multidisciplinar: a caracterização da situação semi-periférica da sociedade

portuguesa. Esta noção de semi-periferia é aproximativa, descritiva, negativa, tal como a empregou o seu criador, Immanuel Wallerstein, mas tem justamente essa virtude de deixar um campo de liberdade para a aproximação de cada realidade complexa, como a desta economia semi-industrializada onde se combinam características das sociedades europeias mais avançadas com sinais particulares das sociedades subdesenvolvidas. A partir deste ponto inicial, três textos de Boaventura, que já tinham tido bastante impacto entre os investigadores sociais, conduzem-nos num percurso do geral para o particular, começando com a definição e estudo das relações capitalistas estabelecidas e reproduzidas nesse quadro semi-periférico, continuando depois com a investigação da transformação da relação salarial - e já estamos em Portugal dos anos 80 - e com as práticas sociais tal como se revelam no domínio das políticas de saúde e de previdência social.

No conjunto, é uma compilação que faz falta que esteja reunida em volume: assim será mais fácil uma consulta que teremos que fazer frequentemente.

ff

VASCO

POVOS PRIMITIVOS

UMA CRÓNICA DE VASCO PULIDO Valente sobre "O fardo do homem branco" no Público, dá-nos a conhecer alguns factos cuja importância não se deve ignorar.

Em primeiro lugar, é a própria figura do cronista que nos surge sob uma nova luz: de facto, confessando viver no meio de um "povo primitivo" e de uma "cultura vil", o seu esforço jornalístico deixa de nos aparecer como uma mera forma de ganhar dinheiro ou de se tornar notado para ganhar a dimensão de uma autêntica catequese, como a dos missionários em terra selvagem. Um verdadeiro fardo, afinal, e daí talvez o nome da crónica.

Mas, observando melhor, podemos concluir que não está sozinho. Há, pelo menos, duas outras figuras que sobressaem do primitivismo geral: Manuel Lucena (a quem dirige essa crónica, sob a forma de carta) e... António Champallimaud! Esta última



revelação é simplesmente espantosa. Quando nós todos, primitivos como somos, julgávamos que o homem tinha construído o seu império cimenteiro e siderúrgico à sombra do proteccionismo salazarista; quando pensávamos que o seu ódio ao marxismo vinha precisamente de o considerar demasiado liberal, pois lhe quebrara o monopólio dos cimentos; quando nos parecia ter lido declarações recentes do próprio Champallimaud que fizeram alguns ver nele um potencial líder da extrema-direita portuguesa - nada disso! VPV vem agora instituí-lo em expoente máximo do liberalismo português. Não exagero. Está lá escrito: "os revolucionários de 1975 são hoje mais liberais do que Champallimaud"! Só por esta correção histórica, deveríamos estar gratos a VPV.

Não se fica por aqui, contudo, o cronista em correções da História. Com efeito, supunhamos que a Inglaterra começara a descolonização com a Índia nos anos 40, e a França, nos anos 50, com a Tunísia e Marrocos. E que, a partir do Quênia, no primeiro caso, e de Argélia, no segundo, "compreenderam" que o processo era imparável, que não tinham meios para travar uma guerra em cada colónia, e que lhes era mais vantajoso descolonizar pacificamente. Afinal, não.

Diz-nos VPV que foi a culpabilização decorrente da teoria do imperialismo que levou as ditas potências a "proclamar os méritos do abandono puro e simples das colónias". Aquilo que, noutro autor, nos faria suspeitar de um tremendo disparate, merecerá a devida atenção tratando-se de um dos três únicos espíritos lúcidos que nos coube em sorte...

João Martins pereira

RESISTÊNCIA

HISTÓRIAS PARA PENSAR

"A RESISTÊNCIA ANTI-FASCISTA EM Portugal 1941-74", de Dawn Linda Raby, é um livro editado recentemente entre nós pelas Edições Salamandra, e que contribui valiosamente para um conhecimento do tempo da ditadura e da oposição popular que se desenvolveu nesses anos. O sub-título do livro é "Comunistas, democratas e militares em oposição a Salazar, 1941-74", o que indica com clareza o objectivo do texto: trata-se não de uma história geral do país, mas de uma análise dessas três componentes da luta política antiditatorial, na base de ampla documentação e arquivos, estudo das fontes e elaboração de hipóteses de trabalho e de interpretação que são apresentadas de forma clara e em linguagem rigorosa.

Na introdução, é-nos dito que o livro se centra fundamentalmente num período mais restrito do que o indicado no título: assim, o objecto seria fundamentalmente os períodos de

1941-49 ("a idade de ouro da unidade anti-fascista"), de 1949-57 (o recuo sob influência da guerra fria, com a recuperação da capacidade de iniciativa do salazarismo) e 1957-62 (quando a "luta anti-fascista atinge o seu auge"). Durante esses períodos, a documentação relativa ao PCP é a principal fonte do trabalho, completado por um enquadramento histórico sobre a sociedade; e a discussão das relações entre o PCP e os seus aliados anti-fascistas e, mais tarde, com elementos que se diferenciavam do regime de que tinham sido defensores (como Galvão e Delgado), constitui o núcleo fundamental do trabalho.

É um livro que vale a pena ler. Descreve com rigor as perpécias da luta política, divulga dados interessantes acerca da evolução das diversas correntes republicanas de esquerda cujos membros confluiriam no futuro Partido Socialista, recolhe a informação disponível acerca do Partido Comunista, analisa com cuidado a evolução da ditadura. Os capítulos acerca da dissidência de Humberto Delgado e da sua trajectória política são claros e detalhados, os anos de crise e de reorganização do PCP são descritos minuciosamente.

Mais discutível é a apreciação, logo na introdução, do conceito de "fascismo" que a autora defende como aplicável ao caso português, embora o caracterize como "fascismo débil e semi-periférico". A autora explica que o nível repressivo era significativo e, apesar de calcular que as vítimas directas da policia politica não terão excedido um milhar, se generalizou um controlo estrito sobre toda a sociedade, com a censura, a perseguição sistemática a toda a oposição. Ora, a noção de "fascismo" não pretende somente assinalar a repressividade de um regime - fascista-terrá, então, o populismo de Vargas ou até de Peron - mas sim descrever uma forma específica de organização da sociedade, que mobiliza em apoio directo uma parte significativa das massas populares. Ora, isso não é certamente aplicável à ditadura salazarista, salvo talvez escasos momentos na sua formação: a ditadura propejcal que se prolongou por meio século é suficientemente diferente do modelo italiano para não caber na mesma definição.

A segunda observação, também marginal quanto ao corpo do texto, diz respeito à sua conclusão. Creio que a autora, como muitos outros, tem uma grande dificuldade em analisar o elemento da ruptura do 25 de Abril: ao procurar comparações e analogias com a queda das ditaduras latino-americanas anos depois (Argentina, Uruguai, Brasil), perde-se justamente a especificidade de um capitalismo semi-periférico mas inserido no espaço europeu de um país industrializado e cuja estrutura social se modernizava rapidamente, comparando-o com as sociedades dualistas do mundo semi-colonial. Tratando esta questão, alguns autores (ver referência nestas páginas ao livro de Boaventura Sousa Santos) utilizaram o conceito de "semi-periferia" para descrever esta evolução, mas conseguiram assim assinalar uma posição intermédia, uma combinação de características, diferenciadora da estru-

tura social - e, sobretudo, da estrutura política - dos países latino-americanos. É em todo o caso, um livro que vale mesmo a pena ter na estante.

("A Resistência Anti-Fascista em Portugal 1941-74", Linda Dawn Raby, Ed. Salamandra, Lisboa, 1990)

IMPRESA

MISTIFICAÇÕES

O GRANDE PROBLEMA DO MOMENTO no sector da Comunicação Social são os despedimentos que, se bem que ainda não tenham o carácter alargado de outros países, são já significativos. Os exemplos mais recentes são os do "Diário" (40 jornalistas, nenhum colocado com emprego estável noutro jornal), os 12 do "Primeiro de Janeiro" (numa situação escandalosa, dado que a administração propõe uma indemnização a 30% que não foi aceite, mas os trabalhadores são proibidos de entrarem nas instalações apesar de ainda estarem vinculados à empresa) e as 3 jornalistas da RTP, onde o processo se pode ampliar a curto prazo. A situação do emprego no sector nunca foi muito estável mas nunca fora difícil colocar os profissionais num ou noutro jornal; agora, o mercado não absorve este desemprego, e somam-se despedimentos colectivos e despedimentos individuais, o primeiro dos quais, e com carácter marcadamente político, foi o de Rogério Rodrigues da "Sábado".

O balanço das privatizações ainda está por fazer, mas já é evidente que houve uma grande mistificação sobre a necessidade da privatização, apesar da responsabilidade do Estado na forma como geriu o sector da comunicação social. A realidade desmente esta ideia de que a venda das empresas garantiria a sua viabilidade: no caso do DP, tratava-se de um título prestigiado e com uma redacção com muitas potencialidades; agora os trabalhadores estão há mais de um mês em greve ao trabalho suplementar, os salários são dos mais baixos, as regalias foram cortadas. O caso do JN é também polémico, visto que a lei e as promessas do governo indicavam alguma forma de preferência pelas cooperativas de trabalhadores no processo de privatização e ninguém percebe como é que o JN é entregue ao Freitas Cruz, que já anteriormente tinha tentado ser director do jornal num processo que o tribunal considerou ilegal - e a sua nomeação não obteve mais de uma dúzia de votos na redacção quando de um referendo nesse momento, entre largas dezenas de jornalistas. Tudo isto são indicadores negativos sobre este processo, e torna-se evidente que houve uma operação de mistificação para apresentar as privatizações como a solução.

Fica também desmentida a ideia de que estávamos a viver um boom da imprensa: era uma ideia artificial, que só se traduziu pelo surgimento do "Público" e pela renovação do DL, enquanto fechavam a "Face", o "Século", e depois o "Diário", o "Europeu", degradando-se o "Popular" e o "Janei-



ro". Este ano há uma situação de quase congelamento dos salários, que subiram 9% no "Público", enquanto a contratação está bloqueada no sector, os trabalhadores do DP perdem subsídios, etc. A proposta de revisão do Contrato apresentada há um ano ainda está na mesa, e o patronado recusa-se mesmo a discutir questões como a duração do horário, regime de folgas e férias. Foi obtido um acordo razoável na RTP, sofrível no Rádio, bastante mau na Lusa, mas nos outros sectores a negociação continua bloqueada.

João Mesquita (depoimento oral)

CASTELO

A DEFESA DA POPULAÇÃO

A IDEIA SURTIU EM FERREIRA DO ZÉZERE, a "gota de água" foi o facto de ter sido aplicada uma multa de 1500000 a um idoso residente de Dornes pelo "crime" de ter reconstruído (com licença camarária) 6 metros de um muro. Criou-se o Grupo de Defesa das Populações da Zona Ribeirinha da Albufeira do Castelo do Bode; grupo formado por cidadãos de várias tendências políticas, todos residentes em freguesias ribeirinhas, unidos pelo objectivo comum de lutarem pelos seus interesses. Interesses esses que estão a ser postos em causa pela "Lei de Protecção à Albufeira do Castelo do Bode".

Lei essa que será elaborada por uma comissão que esperou 3 anos para ser formada, o que só aconteceu em Junho. Durante este tempo a zona de protecção das margens foi sucessivamente alargada de 30 a 50 e, 500 metros medidos no plano horizontal do nível máximo das águas, o que na prática significa que algumas aldeias ficam totalmente "protegidas", isto é, nem com autorização camarária os seus habitantes poderão pintar a sua parede, construir uma casa de banho ou substituir uma telha do seu telhado, enquanto a lei não estiver elaborada.

Entretanto, as poucas indústrias da região vão continuando a despejar os seus detritos nas águas da barragem e "alguns senhores" a construírem as suas moradias de fim-de-semana onde virão praticar esqui aquático ou motonáutica, enquanto um clube de Vela e Canoagem está inactivo por ter as obras de reconstrução da sua sede embargadas judicialmente.

67

Já se detectaram alguns factos curiosos como o de vários cidadãos que desde 1950 continuam a pagar contribuição de terrenos que venderam e que desde essa altura se encontram submersos.

Assim, "a Hidro-eléctrica do Zêzere, de maneira inexplicável, não fez escritura notarial e não pagou siza desses terrenos às Finanças, fugindo assim ao fisco, por aquilo que se depreende", diz o Grupo.

Considera este Grupo que "é muito diferente querer melhorar a casa onde se nasceu, a casa que se herdou ou comprou, ou, fazer uma bela vivenda para passar fins de semana". Querem unir-se aos da margem esquerda do Zêzere para que todos juntos participem em reuniões que visem o ordenamento da barragem, definam os núcleos habitacionais, definam regras de preservação ambiental e arquitectónica, envolvam interesses comunitários desta zona.

Possivelmente ainda vão dar que falar.

J.G.
(correspondente)

CONVITES

A CHAMA DO GOLFO

FAZER CONVITES É SEMPRE DESCRIMINATÓRIO. Não se convida toda a gente que se desejaria ter numa festa de anos porque a casa é pequena, porque alguns potenciais convidados não se podem ver, porque o orçamento é reduzido, etc. Para as "grandes funções", exige-se "nome", estatuto, traje de cerimónia, e outras coisas que porventura desconheço.

Visto "do outro lado", é óbvio, portanto, que "ser convidado" nem sempre é fácil. E quanto mais "importante" é a função, mais severa é a competição, maior a luta por uma fotografia em qualquer "Olá", se possível ao lado de gente grádua, na política ou no dinheiro. A técnica do "fazer-se convidado" não é, de resto, acessível a todos e nisso, segundo os jornais, o dr. Soares tem conseguido notáveis vitórias, basta ver a forma como apareceu nas comemorações da Revolução Francesa ou como se lançou nos braços de Havel (carregando consigo um automóvel que, ao que parece, ninguém quer pagar).

Mas o que é isto comparado com os convites que, por vezes, certos países fazem a outros para que estes os invadam ou ocupem militarmente? Ai, os convidados, na realidade, contam-se pelos dedos. Os anfitriões, esses, são sempre gente amiga, que já lá estava ou que se inventou de propósito só para fazer o convite. Isto quando não se inventa o próprio país, como foi o caso, no princípio do século, quando os Estados Unidos tiveram que "inventar" o Panamá (que era uma província colombiana), para se fazerem

convidados a lá construir um canal e a instalarem-se militarmente, até hoje! Em tempos mais próximos, a União Soviética inventou governos que a convidavam à invasão da Checoslováquia ou do Afeganistão. Os Estados Unidos, recordistas na matéria, fizeram o mesmo na Guatemala, em Granada, há bem pouco, de novo no Panamá - e são apenas escassos exemplos.



No último mês, a História enriqueceu-se com dois novos casos: o Iraque inventou um governo no Koweit que o convidou a ocupar o país, e logo se dissolveu, aceitando a anexação pura e simples. Logo depois, os Estados Unidos (sempre eles) "forçaram" (a expressão é das agências noticiosas, não é minha) o rei da Arábia Saudita a convidá-los a uma intervenção militar sem precedentes desde a Coreia ou o Vietnam.

E estava a esquecer-me de um caso um pouco especial, mas indiscutivelmente aparentado: o pedido, esse votado em eleições, para que a RFA anexasse a RDA. Tudo isto entre irmãos, tudo "democrático", tudo sem tropas. Mas parecido, não?

João Martins Pereira

GREVES

BOAS E MÁS

ENQUANTO A LEI DA GREVE NÃO É alterada, algumas administrações, e ocorre o caso da C.P., descobrimos que há greves legais e greves ilegais. Vai daí consideraram que greves em *car-rocel*, com *intermitências*, *desfasadas*, etc., ou seja, greve sem ser à maneira clássica não é greve que se preze, logo é ilegal. Ora sucede que os tribunais deram razão aos trabalhadores e deram na cabeça aos gestores: *luta e imaginação não são incompatíveis*.

Mas enquanto os gestores se envolviam em batalhas perdidas, estava para vir a prova provada de que com estes gestores não vamos a lado nenhum. Ainda sobre a lei da greve e concretamente os serviços mínimos, a FES-TRU, uma Federação de Sindicatos acabava de comprovar a crençine e a maldade de outra etnia de gestores, tendo o tribunal dado razão aos trabalhadores, quanto à definição e competência dos serviços mínimos, aquando do decurso de um processo de greve. Mas este governo ainda detém a sua

testa de ferro, que dá pelo nome de requisição civil o que, na gíria de jogador, é assim uma espécie de bluff institucionalizado ou de carrão para lizar o jogo.

Ainda e sobre a utilização da greve, permanece em alguns sindicalistas o vírus do mecanicismo, da "chapa gasta" e, assim, alguns processos de luta que desembocaram em greve, revelaram-se *mancos de imaginação e prodígios de ortodoxia* o que demonstra que, não basta proclamar razão e justiça da forma de luta. Alguns sectores de sindicalistas, nomeadamente da CGTP, deveriam reflectir, sem amarras, esta realidade, pois um insucesso pode não ser grave mas, conduzir os trabalhadores para situações de insucesso, ano após ano, é pôr em causa a forma de estar e actuar no seio dos trabalhadores e comporta o perigo do descrédito no sindicalismo, o que tem como consequência uma maior fragilidade dos trabalhadores no campo reivindicativo, senão mesmo, o demissionismo e o afastamento.

José galdes

MONÓLOGOS

E DIÁLOGOS

VÁRIOS MESES PASSARAM SOBRE A entrada em cena de Torres Couto com o seu monólogo da unificação das duas Centrais e aquilo que poderia ser um projecto bem intencionado e estrategicamente correcto - e disso bem depressa se ficará a saber - acabou por desencadear quase de imediato, um conjunto de reacções intra-centrais e inter-centrais.

O que a proposta de T.C. trouxe de interessante foi o precipitar de desejos, estratégias e intenções ocultas ou adidas. Dentro da sua coutada, T.C. queria isolar a ala social-democrata, a qual impedia a UGT de se afirmar como Central de oposição ao estado laranja e simultaneamente, fora da sua coutada, enfunava as velas com o vento da perestroika, ajudado pela corrente e pela maré dos críticos no seio da CGTP. Meses depois já deve ter verificado que sobre-avaliou a corrente heterodoxa e sub-avaliou a corrente ortodoxa.



As recentes deliberações em Loures, no XIII Congresso do PCP, bem como as afirmações do responsável pelo sector sindical, Domingos Abrantes, acerca da proposta de fusão das Centrais, de que "a UGT queria era comer a CGTP", para além da acusa-

ção de *canibalismo* revela a enorme deformação, por parte da Direcção do PCP, quanto ao conceito de unidade, bem como o pôr em evidência, nos dias que correm, a fragilidade programática e ideológica dum *sindicalismo com referentes de má e triste memória*.

Por outro lado, a UGT tem revelado uma prática sindical claramente conciliadora, que "desiste perto do fim da corrida" e ser uma Central de postura conjuntural em função dos governos que temos tido, o que não abona muito a seu favor.

Mas apesar de tudo a unificação das duas Centrais deve continuar a ser um objectivo de todos os trabalhadores, ao invés do que dizem e escrevem os rapazes da "política operária".

Como dar forma a este objectivo é a questão que se coloca.

Tres frentes devem estar abertas. A primeira, é forçar à participação e a um processo decisório e vinculativo os representantes das duas estruturas sindicais nos plenários e assembleias de empresa.

A segunda, passa pelo papel das Comissões e Sub-Comissões de trabalhadores, como aglutinadoras de confronto e decisão perante problemas concretos. Perante as clivagens existentes no seio dos trabalhadores, as CTs assumem relevância pelo papel formal e informal que podem deter no forjar da unidade não balofa, não sem princípios, mas sim uma unidade viva e de confronto democrático com estratégias nem sempre convergentes, mas que a prática da vida da experiência definem como necessária para o êxito das lutas.

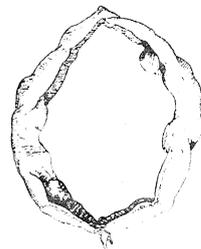
Finalmente, a terceira frente a abrir é a criação de Comissões locais de acção e unidade, o que no fundo mais não é que a constituição de trabalhadores organizados não em função do sindicato A ou B mas sim de objectivos práticos imediatos, cuja finalidade é simultaneamente resolver problemas e ultrapassar impasses, discordâncias as quais, muitas das vezes, radicam nas queleas sindicais. Não é propriamente uma terceira via que se pretende, mas sim um pólo aglutinador das sensibilidades, tendências e correntes sindicais mas decididamente não subordinadas a essas mesmas correntes.

José galdes

ESTALINE

A VOZ DO DONO

AINDA VIVEM. OS VELHOS COMPANHINHOS de Estaline estão retirados mas, em alguns casos, ainda sobrevivem e fazem das suas. Lazare Kaganovitch foi durante muito tempo um dos mais fiéis seguidores de Estaline, membro da direcção do PCUS e homem para todos os trabalhos do grande "pai dos povos". Com 96 anos, acaba de dar uma entrevista ao jornal "O pulso de Touchine", publicado numa região de Moscovo e conhecido pelas



suas tendências nacionalistas extremas, próximas da organização de extrema-direita Pamiat. O seu tema central, tão ao gosto de Le Pen, é o perigo judeu.

"Os judeus criam sempre a desordem e perturbam o povo. Vejam agora, quando o Estado se destaz, são os primeiros causadores de desordem. Antes da guerra, eliminamos com sucesso todos os restos do nacionalismo burguês judeu mas, depois da guerra, os judeus esqueceram quem os tinha salvo do extermínio hideriano. Levamos a cabo uma ofensiva contra o cosmopolitismo e atingimos a inteligência judia que era o seu principal representante". O jornalista que o entrevistava perguntou-lhe como se sentia a fazer estas declarações, sendo ele próprio judeu. Kaganovitch foi categorico: "Sou judeu pelo meu nascimento. Nunca me senti judeu, tenho um espírito diferente e outro modo de pensar. Os judeus são inclinados para a anarquia e eu gosto da ordem". Sabe-se bem de que ordem se tratava, com Estaline e Kaganovitch.

TONDELA

DRAMA ANTIGO

"PENA É QUE ESTE CONVITE E APOIO internacional ao nosso projecto não seja correspondido de igual modo na nossa acção dentro do país... Dedicamos este espectáculo a todos aqueles que têm a certeza de que o interior do país não é só *passagem*" - palavras do TRIGO LIMPO - teatro ACERT de Tondela, ao partir (em peso) em 22 de Agosto último para Dellos onde apresentou no antigo estádio, no 1.º dia de Setembro, "OS CAVALEIROS" de Aristófanes, que encerraram o FESTIVAL TEATRAL DE DRAMA GREGO ANTIGO.

O TRIGO LIMPO tem 14 anos de actividade regular, intensa e interessante, no âmbito da ACERT. Nos "CAVALEIROS" (encenação de José Rui) participaram 35 pessoas, todas jovens, quase todas muito jovens. Actores, músicos, artistas plásticos, todos pertencem ao grupo. Vivem em Tondela. Utilizaram as férias para montar esta super-produção. Partiram para a Grécia, subsidiados pela Organização Turística Grega. Participaram em conferências e debates entre jovens companhias alemãs, dinamarquesas, inglesas, italianas, holandesas, francesas, espanholas e gregas que se reuniram 15 dias a pre-

texto de Sófocles, Aristófanes e Eurípides.

Para podermos vir a assistir a este espectáculo invulgar (concebido para também ser apresentado nos Castelos da nossa terra), lá terá que ser travada a batalha dos apoios e subsídios, que virão ou não...

A ACERT fará todos os esforços. Aliás, esforços é coisa que nunca deixa de fazer. Com alegria.

Acaba, por exemplo, de lançar "NACOS SUBTIS" (poemas de Paulo Cid, ilustrações de José Tavares, ambos elementos da ACERT) - uma primeira edição de poesia.

A abrir, José Rui explica: "Não interessa ficar parado face às descobertas. É importante deixarmo-nos fascinar pelo que de bonito nos faz mexer por dentro". E Paulo Cid, a fechar, pergunta: "Quantos anos mais, Senhor? De palavras comuns/De balas comuns/De culas comuns?"

Para quem não tivesse já a certeza: o interior do país não é, de facto, só *passagem*...

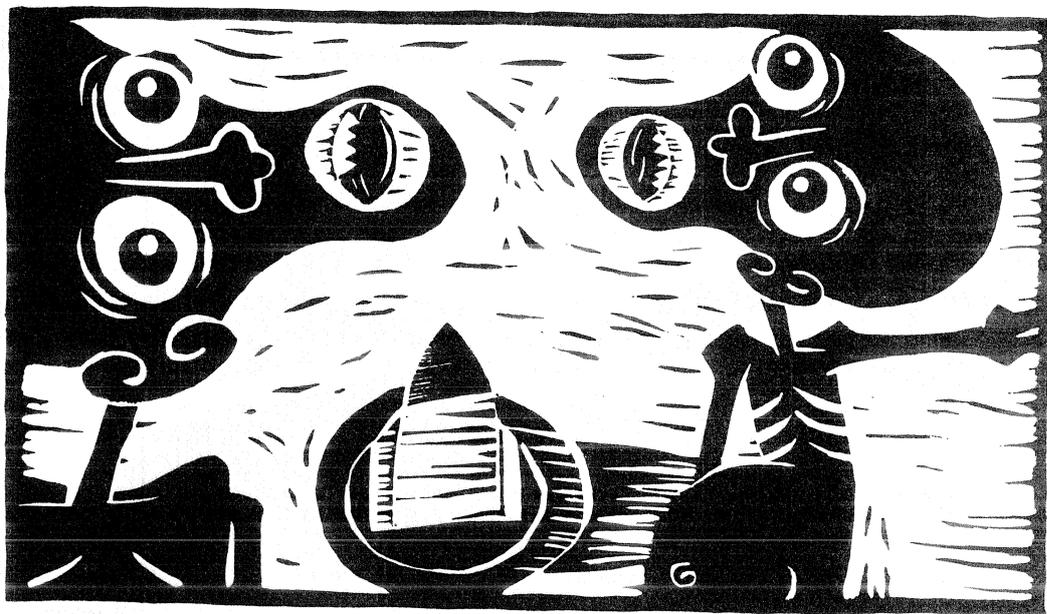
ed.

PRAGA

PETR UHL ELEITO

PETR UHL, PORTA-VOZ DA CARTA 77 durante os tempos mais difíceis da repressão na Checoslováquia, militante revolucionário que nunca escondeu as suas opiniões, foi eleito deputado pela cidade de Praga, onde era o cabeça de lista do Forum Cívico, agrupamento de diversas forças coligadas que disputaram as eleições gerais realizadas naquele país. Preso por várias vezes pela ditadura estalinista depois da Primavera de Praga, Petr Uhl esteve um total de nove anos na prisão, foi perseguido e privado de direitos políticos. Engenheiro de profissão, foi também obrigado a sobreviver como operário das caldeiras de uma fábrica e depois como motorista de pesados. Figura conhecida da oposição, respeitado pelas suas ideias (diversos dos seus artigos e entrevistas foram publicados aqui no Combate), foi designado, depois da substituição do governo do PC Checo, como director da Agência noticiosa nacional, cargo que ocupa actualmente.

A sua lista foi amplamente vencedora na circunscrição eleitoral de Praga. De entre 800 000 eleitores, recolheu 540 000 votos, o que garantia imediatamente a eleição de grande parte da lista. No entanto, a lei eleitoral do país autoriza os eleitores, além deste voto na lista, a utilizarem um direito e preferência individualizado para alguns dos candidatos, podendo assim assegurar a eleição mesmo quando a lista, no seu conjunto, recebe uma votação pouco expressiva. Neste caso, 200 000 eleitores de Praga utilizaram esse direito, e 140 000 fizeram-no a favor de Petr Uhl.



Em África morre-se de fome. Em Moçambique, na Etiópia, nos confins do Sahel, hoje já em Angola, em mil outros recantos que ignoramos. Em favor desses milhões de crianças de olhos a sair das órbitas, de ventres disformes, de membros esqueléticos, miúdos que nunca serão gente, de quem nunca ninguém saberá onde um dia caíram de inanição sem um protesto, não foi possível alguma vez mobilizar a chamada "comunidade internacional", fazer votar e impor a aplicação de cinco sucessivas decisões no Conselho de Segurança da ONU.

Em favor do fubulosamente rico e bem alimentado emir do Kuwait, isso foi possível, sem olhar a bilhões de dólares.

Em África não têm faltado ditadores sanguinários, loucos megalómanos, os mais odiosos espezinhadores dos "direitos humanos". A chamada "comunidade internacional" (leia-se: os governos dos grandes países do Norte euro-americano) precipitou-se para a coroação do imperador Bokassa, não levantou um dedo contra Idi Amin, fez de Mobutu um aliado. Mais do que isso fechou longos anos os olhos aos sinistros senhores do *apartheid*, e com relutância (e defecções várias) lhes aplicou por fim brandas sanções económicas, nunca forçando o cumprimento de resoluções da ONU e muito menos imaginando o uso de meios militares. Enfim, até o Papa se dignou ir consagrar a tristemente famosa basílica da Costa do Marfim, supremo insulto à miséria e à fome africanas.

Contra Saddam Hussein, nem melhor nem pior do que qualquer daqueles (e dos que usaram desfolhantes e napalm — a arma química não é só dos pobres! — no Vietname), aliás financiado e abastecido pela dita "comunidade" durante dez anos para dizimar iranianos, é enfim possível uma mobilização geral e fazer "cobrir" pela ONU uma operação militar sem precedentes contra um dos seus países-membros.

Em África, já se viu a África do Sul invadir militarmente Angola, Israel invadir militarmente o Egipto — isto é, países "fortes" invadirem países "fracos". Qualquer dessas iniciativas foi vista com simpatia pela "comunidade internacional"! Que tão-pouco se emocionou excessivamente, outros continentes, com o derrube de governos de "países fracos" (Chile, Guatemala, República Dominicana, Granada) por serviços secretos ou forças armadas americanas, ou mesmo com invasões caracterizadas, como a do Panamá.

No Kuwait, tal situação pareceu insuportável à "comunidade internacional", que nem sequer pode invocar a defesa da democracia ou a ameaça comunista.

Os esfomeados de África não dispõem de reservas imensas de petróleo, nem lhe controlam os preços — logo, não põem em perigo o "estilo de vida" dos países ricos. Os esfomeados de África não ameaçam Israel. Os esfomeados de África estão totalmente à margem do mundo dos negócios, não dão lucros a ninguém, e muito menos aos fabricantes de armas. As suas vidas nada valem comparadas com as dos poucos milhares de americanos ou ingleses retidos no Kuwait e no Iraque. Por isso podem morrer em paz.

Mas, atenção, assinalava há tempos um

a João Martins Pereira ãfríca e o golfo

comentarista no *Libération* que "este conflito [do Golfo] se inscreve na batalha Norte-Sul e aparece como o princípio de uma grande crise de ordem planetária". E notava que "a vitória do Ocidente sobre o Leste escondeu dois outros fenómenos de importância considerável: a crise de hegemonia dos Estados Unidos e, mais ainda, o dramático agravamento, durante os anos 80, do fosso que separa o Norte do Sul do mundo".

De momento, em lugar do famoso "peace dividend" (o desvio de recursos do sector militar para objectivos civis, tornado possível pelo "desanuiamento" Leste-Oeste, que tanto assustava a indústria de armamentos e os *lobbies* militares), é o contrário que se está a verificar: os Estados Unidos pedem dinheiro aos seus aliados para financiar a sua maior operação militar depois do Vietname. Ao mesmo tempo que revela o declínio do poderio financeiro americano,

isto significa que, em definitivo, é o complexo militar-industrial dos Estados Unidos quem mais beneficiará, no curto prazo, com a crise do Golfo. Mas virá o dia em que alemães e japoneses decidam rever as respectivas constituições e tornarem-se potências militares ao nível do seu poder económico.

A mais longo prazo, e seja qual for o desfecho da crise, seja qual for a nova "ordem internacional" (e os seus polícias) que dela saia, é inelutável que um belo dia um democrata ou um ditador, um iluminado ou um torcionário, levantará os esfomeados contra a ditadura mundial de um mercado que os dizima, contra a arrogância dos abastados defensores do liberalismo ocidental (promovido por alguns apressados a última palavra da "civilização").

Entretanto, sem que ninguém dê por isso, os bilhões gastos em armas e operações militares nesta crise irão ter como conse-

quência mais uns milhares ou milhões de mortos nos países africanos atingidos pelos seus catastróficos efeitos económicos. Se não chegar a haver guerra, serão mesmo talvez os únicos mortos que a crise provocará (juntamente com os de alguns outros países do "Sul").

"A África partiu mal", escreveu Dumont há muitos anos. E hoje está pior, em boa parte porque governos, empresas e organizações internacionais se limitaram a encher os bolsos de ditadores corruptos (a troca de belos contratos), e também a armá-los até aos dentes. Hoje é uma espécie de continente esquecido. Mas, à escala da História, estes "esquecimentos" são sempre temporários (estaremos nós esquecidos de que descendemos de uns temíveis bárbaros vindos de confins orientais, que destruíram o grande império romano?). Diria um cinéfilo que "as basílicas também se abatem". Como as Bastilhas. É dar tempo ao tempo.

o médio oriente entre as duas guerras

João Martins Pereira

ÁRABES, MUÇULMANOS Uma larga maioria dos árabes são muçulmanos (embora os árabes cristãos assumam alguma expressão em certas regiões), mas o inverso não é verdadeiro: estima-se que existam mais de 900 milhões de muçulmanos, mas apenas cerca de 180 milhões de árabes. É fácil saber-se o que é um muçulmano, mais difícil o que é um árabe. Com efeito, muçulmano é aquele que professa a religião islâmica, fundada pelo profeta Maomé no século VII da nossa era. O Corão é o seu livro sagrado, e nele estão registadas, segundo a tradição, as revelações feitas por Deus ao profeta e recolhidas pelos seus discípulos. O Islão é a última das três grandes religiões monoteístas (com o cristianismo e o judaísmo), filiando-se, como elas, no Antigo Testamento. A divisão, que tantas vezes hoje surge nos jornais, entre sunítas (largamente maioritários) e xítas (apenas dominantes no Iraque e fortemente maioritários no Irão) tem menos que ver com questões de doutrina do que com problemas de "sucessão", aceitando os primeiros a sucessão efectiva dos califas pós-Maomé, mas reconhecendo os segundos como legítimo sucessor apenas o quarto califa, Ali, genro do profeta, para eles o primeiro grande mártir do Islão (assassinado pelos descendentes dos anteriores). Quanto aos árabes, no seu livro "Les Arabes", Maxime Rodinson ocupa dezenas de páginas a tentar "identificá-los", passando em revista numerosos critérios e definições apresentados por especialistas anteriores. Povos originários da Arábia, que já existiam muito antes da vinda de Maomé, esse autor limita-se a definir a "etnia, povo ou nação árabe" como englobando todos aqueles que: "falam uma variedade da língua árabe e a consideram como a sua língua natural; assumem como seu património a história e os traços culturais do povo que a si mesmo se chamou e os outros chamaram de árabes, tais traços culturais incluindo, desde o século VII, a adesão maciça à religião muçulmana (o que não lhes é exclusivo); e que, em consequência, reivindicam a identidade árabe, têm uma consciência de "arabidade". Distingue, no "Mundo árabe": a península arábica, os países do Crescente Fértil (ver esta entrada), o Egipto, o Sudão, o Magreb (Norte de África) e a Mauritânia. Os árabes habitantes de outras regiões (turco-iraquiana, África, Europa e América) não representam mais de 5% do total. Mas, voltando ao princípio, são nações muçulmanas também a Turquia, o Paquistão, o Afeganistão, a Indonésia, entre outros países e regiões (em particular soviéticas) não árabes.

ARMAS Entre 1982 e 1986 o comércio internacional de armamentos foi de cerca de 190 mil milhões de dólares. Desse total, 48%, isto é, cerca de metade, teve por destino os países do Médio Oriente. Os dois grandes fornecedores de armamento aos países do Médio-Oriente, foram a União Soviética (cerca de 1/3) e os Estados Unidos com 16%. Mas o conjunto dos países da NATO, incluindo os Estados Unidos, atingiram 42% do total, e o conjunto dos países do Pacto de Varsóvia (incluindo a URSS) 39% - tudo bem equilibrado... E falta naturalmente considerar o comércio ilegal, que não será desprezável, e os "donativos" ou formas diversas de compensação não contabilizadas (por exemplo: por utilização de facilidades militares). No Médio Oriente, os maiores países importadores de armas entre 1982 e 1986 foram: Iraque (30%), a Arábia Saudita (16%), a Síria (10%), o Irão (8%) e o Egipto (7%), todos entre os 10 maiores importadores mundiais. Se juntarmos a isto, o próprio arsenal americano e a observação feita um dia por um "conhecedor" de que "as armas servem para tudo menos para nos sentarmos em cima delas", não teremos a causa da Guerra do Golfo, mas a sua centelha. E o papel do mais próspero negócio do mundo nestas "crises".

No princípio do século, os protagonistas e os problemas no Médio-Oriente pouco tinham de ver com os actuais.

O Império Otomano dominava todo o território entre o Egipto e a Pérsia (hoje Irão), a margem ocidental da Península Arábica e parte da margem oriental. Os ingleses, no apogeu do Império, detinham Aden e estendiam os seus protectorados à margem sul da Península, aos emiratos do Golfo e ao Koweit. Como ocupavam o Egipto e mantinham forças na Pérsia, era total o seu controlo sobre a rota das Índias. O miolo da Península Arábica não era de ninguém: várias tribos árabes disputavam entre si os oásis e as cidades. Mas em 1902, após um audacioso assalto a Riade, um certo Ibn Saud começava a dar que falar.

Na região ainda não se explorava petróleo, os poucos judeus da Palestina (na maioria fugidos aos pogroms da Rússia) conviviam sem problemas com a maioria árabe, os americanos estavam longe, e longe de pensar como se viriam a interessar por aquelas paragens.

Lembre-se que, na época, o petróleo quase não tinha aplicações na indústria e transportes: o motor diesel e o motor de explosão davam então os primeiros passos. O Larousse de 1914 diz ainda que "o petróleo é usado em iluminação, aquecimento e lubrificação, e existe nas entranhas da terra, sobretudo nos E. Unidos e no Cáucaso". Mas já então começara a conversão da Royal Navy de carvão para óleo, e desde 1908 que a Anglo-Persian (hoje BP) obtivera a concessão de exploração na Pérsia e a Turkish Petroleum na Turquia. A 1.ª Guerra Mundial e a expansão em flecha da indústria automóvel irão tornar o mundo ocidental voraz de petróleo.

A QUESTÃO DA PALESTINA

A viragem política do Médio-Oriente é cozinhada por inteiro nos gabinetes londrinos ainda durante a 1.ª Grande Guerra, na qual o Império Otomano alinhara com os Impérios Centrais. Vejamos: em 1915, os ingleses fazem um tratado com Ibn Saud, então apenas rei do Nedj, pelo qual lhe pagavam 5000 libras por mês e lhe reconheciam a soberania, em troca da sua neutralidade; no mesmo ano, asseguraram apoio financeiro e material ao emir Hussein (cherife de Meca e guardião dos "Lugares Santos" do Islão) na luta que, por instigação britânica, desencadeia contra os turcos, enquanto o Alto-Comissário no Egipto, Mac Mahon, lhe afirma por carta estar o seu país "disposto a reconhecer e apoiar a independência dos árabes dentro dos limites exigidos (pelo emir)", isto é, todo o Médio-Oriente árabe, incluindo a Palestina; em 1916, um acordo secreto (Sykes-Picot), resultado de negociações entre a Inglaterra, a França e a Rússia, redeseñava o mapa da zona, dividindo-a, no essencial, entre os dois primeiros países; enfim, em 1917, após laboriosas negociações com a Organização Sionista Mundial (que desde 1897 reclamava um Estado judeu na Palestina), o Secretário do Foreign Office Arthur Balfour lia na Câmara dos Comuns uma carta a Lord Rothschild, destacado financeiro e dirigente sionista, contendo a declaração de que "o governo de Sua Magestade encara favoravelmente o estabelecimento na Palestina de um lar nacional para o povo

judeu, e se esforçará para realizar esse objectivo".

Em conclusão, os ingleses garantiam, em simultâneo, o apoio político e militar dos árabes, em troca de dinheiro, armas e alianças promessas para o pós-conflito (que o acordo Sykes-Picot desde logo tornava irrealizáveis), e o apoio financeiro da comunidade judaica, em troca do empenhamento num projecto que só poderia criar a hostilidade do mundo árabe.

Quando em 1916 Feijal (filho de Hussein) conquista Damasco, ajudado pelo famoso Lawewnce, já o sonho imperial do seu ambicioso pai estava condenado. Pormenor interessante: no posterior conflito (1919) entre os dois "aliados" ingleses, Hussein e Ibn Saud, um deles é apoiado em armas e dinheiro pelo ministério dos Negócios Estrangeiros, o outro pelo ministério da Índia, ambos do governo de Londres...

Terminada a guerra, o Pacto da Sociedade das Nações vai criar uma figura jurídica nova, aplicável aos territórios dos países vencidos: o "mandato". Tratava-se de uma "tutela provisória" por parte das "nações mais adiantadas", que deviam levar à auto-determinação povos ainda "incapazes de se dirigir por si próprios". O mandato aplicável aos territórios árabes precisava que "para a escolha do (país) mandatário, se terá em conta, em primeiro lugar, os desejos das respectivas comunidades".

Na realidade, foi na Conferência de San Remo (1920) que as potências aliadas repartiram entre si os mandatos: Líbano e Síria para os franceses; Palestina, Transjordânia e Mesopotâmia (hoje Iraque) para os ingleses. Poucos anos depois, os ingleses iriam "compensar" Hussein pelo não-cumprimento das promessas feitas, dando um trono a cada um dos seus filhos: o da Transjordânia a Abdullah, o do Iraque a Feijal (entretanto expulso de Damasco).

Mas os grandes problemas vão surgir com o mandato sobre a Palestina, cujo texto foi directamente inspirado na Declaração Balfour (expressamente mencionada) e minuciosamente negociado com os sionistas. Nele se prevê que a Organização Sionista "assessorará a Administração da Palestina e cooperará com ela em todos os assuntos económicos, sociais e de outra índole que possam afectar o estabelecimento de um lar nacional judeu e os interesses da população judia na Palestina". O primeiro Alto-Comissário britânico na Palestina será, de resto, um fervoroso adepto da causa sionista.

A chegada de judeus cresce rapidamente ao longo dos anos vinte: em 1930 a população judia quase triplicará. A grande revolta árabe de 1929 e a má situação económica fazem depois travar a imigração (medida aconselhada num Livro Branco, fortemente contestado pelos sionistas). Mas a tomada do poder por Hitler em 1933 faz de novo acelerar o processo a partir de 1935. Em 1939, eram já cerca de um terço da população total (10% em 1918). A crescente aquisição de terras pelos judeus, com discriminação da mão-de-obra árabe agrava as relações entre as comunidades. Na sequência de nova violenta revolta árabe em 1937, surge enfim a "solução" que, sob outra forma, viria a ser adoptada pela ONU dez anos depois: a partilha da Palestina em

dois Estados, um árabe, outro judeu. Não aceite por nenhuma das duas comunidades, daí resultarão as sucessivas guerras, a espoliação, a ocupação, a repressão - a tragédia palestiniana desde 1947, que noutro artigo se conta com mais detalhe.

O PETRÓLEO

É neste período entre as duas guerras que vai surgir o outro grande foco de tensão na região: a luta pelo controlo do petróleo (e a entrada em cena dos americanos).

Na partilha de territórios depois do conflito, a questão petrolífera começa a manifestar-se: para abdicarem da região de Mossul, que lhes coubera na repartição, os franceses vão obter uma "compensação petrolífera", através de uma participação na Turkish Petroleum britânica, que esteve depois na origem da poderosa Irak Petroleum Company. Já então as companhias americanas vão reivindicar idêntico privilégio, acabando o capital repartido pelos três países, embora com maioria inglesa. No Iraque, vão-se descobrindo sucessivos jazigos, com relevo para o de Kirkuk, em 1928. Mas a verdadeira "revolução" irá dar-se na Península Arábica. Ai, onde Ibn Saud conquistara Meca em 1924 eliminando de vez o seu rival Hussein, e se irá proclamar rei em 1932, é para os americanos que desde logo se inclina quando se descobre a imensa riqueza petrolífera da região: em 1933, a Standard Oil (depois associada à Texaco) vai receber por meia dúzia de patacos uma concessão por 66 anos para exploração de uma área de 1,6 milhões de km². A exploração começa em 1937, e em 1944 a companhia toma o nome de Aranco e terá desde então um papel determinante na política dos Estados Unidos para o Médio-Oriente. Aliás, ao longo dos anos 30, vão cruzar-se participações entre as chamadas "Sete grandes" (ou "o cartel": 5 empresas americanas, uma inglesa, uma anglo-holandesa), que detêm, no seu conjunto, quase por inteiro as concessões petrolíferas da zona, representando (hoje) mais de 60% das reservas conhecidas em todo o mundo.

Nas vésperas da 2.ª Grande Guerra, o petróleo tornara-se uma matéria-prima vital para as economias e para o poderio militar ocidental, particularmente anglo-americano, e por isso o controlo das suas reservas, da sua exploração e dos seus preços passará a constituir um elemento decisivo nos equilíbrios políticos da área. Mais do que nunca, era necessário assegurar governos de confiança em todos aqueles países, ainda que formalmente independentes: em 1941, os ingleses simplesmente destituem o governo do Iraque (independente desde 1932) por suspeita das suas simpatias pró-nazis. Em 1951, são já americanos (a CIA) a montar o golpe que fará cair o governo iraniano de Mossadegh, que ousara nacionalizar a Anglo-Iranian... Apenas dois exemplos.

Assim nasceram, naquele período, as duas grandes questões de hoje no Médio-Oriente: a Palestina e o Petróleo. E com elas a revolta palestiniana e o renovado vigor do nacionalismo árabe, agora contra os Estados Unidos, que tomaram o lugar dos ingleses como imperialismo dominante.

palestinianos um povo desalojado

João Martins Pereira

Os palestinianos – isto é, os árabes da Palestina – são o único povo árabe que ficou por descolonizar. Todas as colónias francesas e inglesas do Magreb até ao Egito, todos os territórios do Médio-Oriente sob domínio otomano até 1918, depois redesenhados e partilhados entre ingleses e franceses, foram-se tornando independentes ao longo deste século, até aos anos 60 (o Koweit foi um dos últimos, em 1961).

Após viverem sob tutela otomana, depois sob mandato britânico, os palestinianos viram chegar aos poucos (pela mão da potência mandatária) o novo colonizador, que literalmente os expulsou do seu próprio território ancestral. É um fenómeno sem paralelo nos tempos modernos, embora se possam ver semelhanças com a relação entre os pioneiros americanos e os índios, no século passado, ou seja, com a formação dos Estados Unidos. Segundo um especialista, “os judeus queriam a terra; os seus ocupantes eram apenas um incómodo”. Foram, aliás, diga-se, em muitos casos os ricos proprietários árabes que venderam aos recém-chegados judeus as suas terras, deixando sem trabalho milhares de palestinianos. A inversão populacional foi quase total: em 1918, 90% da população da Palestina era árabe, hoje 84% da do Estado de Israel é judia. Aliás, as duas comunidades já se encontravam próximo do equilíbrio à data da constituição do Estado judaico em 1948 (v. quadro). A história de como tudo isto se passou, no período entre as duas guerras, é contada noutros textos deste “Combate”.

O exodo palestiniano, esse, só começa

depois de 1948, quando Israel vence a primeira guerra israelo-árabe. Dá-se então uma partida maciça de palestinianos, da ordem dos 600 mil, a maioria dos quais se vai fixar na Cisjordânia (margem ocidental do Jordão), em breve anexada pela Transjordânia, país que adopta então o nome actual de Jordânia. Os restantes distribuem-se pelo Egito (a que pertencia a actual “faixa de Gaza”), pela Transjordânia e pelo Líbano.

Uma nova vaga, de menor importância, segue-se à guerra de 1956, mas é depois da guerra dos “6 dias” (1967) que a fuga retoma enormes proporções, com a ocupação por Israel da Cisjordânia e de Gaza. A Cisjordânia vai-se parcialmente “esvaziar”, dirigindo-se os refugiados para a Jordânia: em 1970, havia já neste país cerca de 1 milhão de refugiados palestinianos, o que veio a gerar uma situação explosiva. Violentos confrontos jordano-palestinianos em 1970 (o chamado “Setembro negro”) vão “empurrar” de novo centenas de milhares de refugiados para a Síria e, sobretudo, para o Líbano – o que não foi alheio ao início, em 1975, da interminável guerra libanesa, que levou anos mais tarde os israelitas até Beirute (para expulsar a OLP) e hoje à ocupação do país pelas forças sírias. Esta mesma guerra veio a provocar o retorno à Jordânia de muitos palestinianos: o número de refugiados neste país é hoje da ordem do de 1970.

Estima-se que existam hoje cerca de 1,8 milhões de palestinianos só nos países vizinhos de Israel. Na sua maioria, continuam a ter estatuto de “refugiados”, vivendo em “campos”, em condições infra-humanas (v. no

“Glossário” a entrada “Campos de refugiados”), só uma parte menor se tendo verdadeiramente integrado nos países de acolhimento. Restam os 700 a 800 mil que terão emigrado para outros países, com relevo para os do Golfo. Um estudo destes problemas estimava, em 1984, que na hipótese (académica) de poderem nesse momento regressar à terra-mãe, o desejariam fazer pelo menos 1 milhão de palestinianos.

Deverá dizer-se que a não-integração nos países de acolhimento tem menos que ver com a vontade dos refugiados do que com razões políticas. Até aos anos 70, eram os próprios países árabes vizinhos de Israel, em luta aberta ou latente com este país, que se opunham à integração, já que isso poderia ser interpretado por Israel e pela opinião mundial como uma aceitação do *statu quo*, além de desmobilizar as populações, a quem sempre se anunciava a reconquista e o regresso a curto prazo. A esta juntava-se outra razão igualmente forte: os regimes daqueles países, sempre ameaçados ou sujeitos a equilíbrios delicados, preferiam manter essa massa de palestinianos (muitos deles armados) em campos, sob vigilância, do que vê-los disseminados pelo meio da população, semeando a revolta e a agitação política. Hoje, já só essa razão se mantém. Com efeito, depois da guerra de 73, e sobretudo da paz israelo-egípcia de 1978, já nenhum desses países promete seriamente aniquilar Israel ou acena com um breve regresso.

O conflito tornou-se, desde então, claramente israelo-palestiniano, e continua em aberto. A Intifada, na Cisjordânia e em Gaza,

a partir de 1987, veio dramaticamente relembrá-lo (v. esta entrada no “Glossário”). E, significativamente, esse levantamento tem como protagonistas os palestinianos que vivem na Palestina sob ocupação, cada vez mais ameaçados pelos novos “colonos” judeus: a avalanche de judeus soviéticos que se espera logo que entrem em vigor as novas leis de emigração na URSS virá criar uma enorme pressão no sentido de os instalar nestes territórios (neste momento já entraram 200 mil soviéticos, mas têm sido mantidos maioritariamente no interior das fronteiras israelitas).

Existem hoje perto de 5 milhões de palestinianos: 15% no Estado de Israel, indesejados, sempre sob suspeita e sujeitos a insuportáveis discriminações; 33% sob ocupação e violenta repressão, em terra permanente; 52% em “diáspora”, na sua maioria às portas da “terra prometida”.

Quem se irá surpreender que este povo que, não sem razão, atribui a sua miserável situação a ingleses e americanos, tenha visto em Saddam Hussein – que por ele nunca levantou um dedo –, só pelo facto de os enfrentar, a imagem do libertador? Quem poderá imaginar que, em tais condições, a “questão do Médio-Oriente” ficará resolvida com a derrota do Iraque? Do ponto de vista palestiniano, só haverá a temer o reforço do poder israelita (e americano) que daí decorrerá. Têm razões de sobra (como seja o pouco empenho sempre demonstrado pela ONU em impor as resoluções que lhes eram favoráveis, e não foram poucas) para não acreditar que a “comunidade internacional” se precipite então para os apoiar...

judeus e árabes na palestina

(milhares)

	1918	Movimento 1918-1948	1948 (3)	Movimento 1948-1967	1967 (3)	Movimento 1967-1980	1989
Judeus	70 (10%)		630 (46%)		2200 (83%)		3800 (84%)
Entradas		+ 450		+ 1400		+ 500	
Árabes (palestinianos)							
“Interior” (1)	630 (90%)		750 (54%)		450 (17%)		750 (16%)
Cisjordânia - Gaza (2)			450		1000		1600
Saídas				- 950 (4)		- 700 (5)	

Fonte: “Combate” – Cálculos a partir de diversas fontes, em particular: “La Palestine – un enjeu des stratégies, un destin”, N. Bengelloun-Ollivier, Paris, 1984; “Les Arabes”, M. Rodinson, Paris, 1985; “Orígenes y evolución del problema palestiniano 1917-1988”, ONU, 1990; Atlas “The Economist”, Londres, 1990.

(1) Território no interior das fronteiras do Estado de Israel (linha de armistício de 1949).

(2) São os “territórios ocupados” por Israel durante a guerra de 1967.

(3) Antes das guerras de 1948 e 1967, respectivamente.

(4) Parte refugiados na Cisjordânia (600 mil logo após a guerra de 1948).

(5) Parte saída da Cisjordânia (mais de 500 mil após a ocupação de 1967).

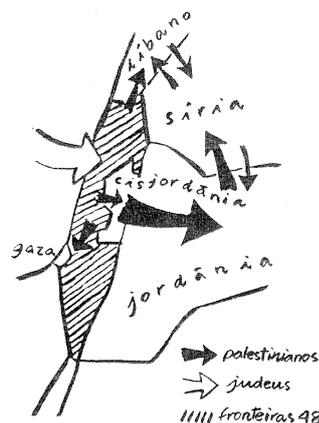
10 Combate

DISTRIBUIÇÃO DOS PALESTINIANOS Estimativa – 1989 (em milhares)

Israel	750
Território ocupados	1600
Jordânia	1000
Líbano	500
Síria	300
Koweit (1)	250
Outros (2)	500
Total	4900

(1) Antes da actual situação no Golfo.

(2) Arábia Saudita, Emiratos, Egipto, Magreb, Europa, América Latina, etc.





GOLFO 1

O POVO EM ARMAS

MUITOS IRONIZARAM QUANDO, há meses, numa qualquer sondagem então publicada, se veio a saber (?) que uma boa maioria de portugueses manifestavam o apoio à acção militar americana no Golfo, mas ao mesmo tempo eram partidários da não-intervenção portuguesa. Lá vieram, como de costume, os obcecados com as "hipocrisias" deste mundo (de que o expoente máximo é o Director do "Publico"), acusar os ditos portugueses de acharem ótimo que outros morram pelas "causas justas"... mas não eles próprios.

Curiosamente, o mesmo se passa afinal com os próprios americanos, embora não pareça, já que, desde o início da crise, se pronunciaram sempre maioritariamente a favor da posição intervencionista de Bush. Com efeito, uma sondagem publicada pela "Time", já em plena guerra, revelava que 77% dos brancos eram a favor, mas só 49% dos negros. E mais, comentava a revista que, sendo os negros 12% da população, eles representavam 25% da força no Golfo, percentagem essa muito mais elevada nas forças terrestres, isto é, as de "maior risco". Porquê isto? Explica um líder negro que "os jovens negros americanos foram obrigados a ingressar nas forças militares por falta de oportunidades no sector civil".

De facto, o caso não é exclusivo dos negros: são os americanos "mais desfavorecidos" os que mais se alistam, logo os que mais se arriscam. Ainda há dias, um general americano dizia aos seus soldados que "isto (a nossa tropa) não é um bando de mandriões apinados. Nem de filhinhos de papas anestésicos ou juizes do Supremo Tribunal. Somos a classe média baixa branca, os miúdos negros pobres do quarteirão e os hispânicos do bairro". É isso: "os americanos" são maioritariamente a favor da guerra - mas quem a vai fazer, quem vai ter o maior número de vítimas, são "os outros"... sub-americanos. Que "hipocrisia".

diria o V.J. Silva, e com razão. Mas a afirmação de que esses sub-americanos se estão a bater pelo direito internacional, por uma "nova ordem mundial" mais justa (eles que já se bateram, e morreram, no Vietname, no Panamá. Por toda a parte, sem esse delicado alibi...) não será, na pena do mesmo autor, hipocrisia de igual monta?

j.m.p.

GOLFO 2

A CIDADE MÁRTIR

SE ALGUÉM PERGUNTASSE QUAL elegeriam como "cidade mártir" na Guerra do Golfo (escrevo a 21 de Fevereiro, quando ainda não se iniciaram operações terrestres), julgo que qualquer pessoa, independentemente da sua posição face ao conflito, não hesitaria: Bagdade, Bassorá, ou talvez qualquer "cidade desconhecida" (à semelhança do famoso conceito de "soldado desconhecido") que terá sido arrasada sem que lhe saibamos o nome, porventura porque terá tido o azar de nela se localizarem alvos militares (ou até não...). Pois estariam todos enganados. Pelo menos é o que pensa esse inenarrável Mario Crespo, que há dias classificou de cidade mártir... Tel-Aviv! Por certo que não é agradável viver sob a ameaça de SCUDS e constantemente correr para os abrigos de máscara em punho. Por certo que já morreram 4 pessoas e umas centenas ficaram feridas devido a esses ataques. Mas é simplesmente insultuoso para a "espécie humana" esquecer os milhares de toneladas de bombas diariamente despejadas sobre o Iraque, e não ser sequer capaz de imaginar (ainda que se não tenham visto as poucas imagens que de lá vieram, e o Crespo tem obrigação de as ter visto) os efeitos que produziram. É fácil admitir que o terror e o pânico em que vive um habitante e Bagdade não pode ter comparação com o de um habitante de Tel-Avive. Que o número de mortos, feridos, estropiados, idem. Que os miúdos não continuam a ir diariamente à escola, que os riscos de cólera aumentam, que os meios médicos são dramaticamente escassos, que os hospitais estão em ruptura, etc., etc. - tudo coisas que obviamente desconhece Tel-Avive. Enfim, é fácil quando se tem os parafusos todos. Quando não se confunde jornalismo com propaganda. Quando o jornalista sabe alguma coisa mais do que lhe dizem e que ele subservientemente transmite como qualquer "his master's voice". Em resumo, quando não se é Mario Crespo.

j.m.p.

GOLFO 3

GUERRA QUÍMICA

FALA-SE MUITO DE GUERRA QUÍMICA e, a hora de saíra deste texto, e bem possível que nos estejam a chegar imagens aterradoras dos seus efeitos (como em tempos nos chegavam as do napalm e dos desfolhantes no Vietname e as que Saddam utilizou contra os curdos).

Mas poucos talvez se terão dado numa pequena notícia aparecida há tempos, a propósito da entrega de máscaras distribuídas às populações palestinas nos territórios ocupados por Israel. Talvez se recordem da relutância que as autoridades israelitas tiveram para fazer essa distribuição: foi preciso manifestações, greves, pressão internacional, etc., e mesmo assim só foram distribuídas já depois de caídos os primeiros SCUD. Mas foi escassamente referida a sua primeira utilização (que talvez explique, melhor do que tudo, a razão daquela relutância): é que, logo que as receberam, os palestinos começaram a usá-las... contra os gases lacrimogénicos com que são largamente mimoseados pelas "Forças da Ordem". É que, no fim de contas, os bem conhecidos gases anti-manif não são mais do que o 1.º escalão da... guerra química. E nestas coisas de armas, nem sempre é fácil distinguir "graus": pelo provável número de vítimas (que também as há, dos gases lacrimogénicos)? Qual o limite "legítimo" de vítimas que nos deve revoltar? Quem decide? Os que têm os maiores arsenais do mundo de armas químicas, e não se coíbaram de as utilizar? Os que as forneceram aos seus "diabólicos" detentores de hoje? O terror que causam é por serem "bárbaros" e não "civilizados", a quem tudo é permitido e desculpa? Mas quem os classifica assim? Com que direito? E, já agora, por que não assusta ninguém a arma nuclear em mãos israelitas? Ou assustará alguém? Ora, os "bárbaros"...

j.m.p.

GOLFO 4

COMPARAÇÕES

NÃO TEMOS OBRIGAÇÃO DE CONHECER na ponta da língua a geografia do Médio-Oriente. Por isso nos parece que algumas comparações com "coisas" à nossa dimensão poderão ser úteis.

A Arábia Saudita é um país com uma área 24 vezes a de Portugal, mas

com uma densidade populacional de 1/5 da do Distrito de Beja. O Líbano, pelo contrário, é do tamanho do Distrito de Beja, mas com uma densidade 20% superior à do Distrito de Braga (isto é, 3 vezes a de Portugal). Israel "é" exactamente a faixa costeira portuguesa entre o Tejo e o Minho, com 2/3 da sua densidade. A Síria e duas vezes Portugal, com a densidade do Distrito de Vila Real. O Kuwait corresponde ao conjunto dos Distritos de Évora e Beja, com uma densidade próxima da de Portugal. Os territórios ocupados por Israel (Cisjordânia e Gaza) equivalem ao Distrito da Guarda, com a densidade da faixa costeira portuguesa entre o Tejo e o Minho, ou seja, perto de 3 vezes a de Portugal. A Jordânia tem uma área 10% superior a portuguesa, mas com a densidade do Distrito da Guarda. Enfim, o Iraque é cerca de 5 vezes Portugal, mas também com a densidade do Distrito da Guarda.

No seu conjunto, trata-se de uma região com uma área de 33 vezes a de Portugal (ou seja, igual à da CEE mais a Noruega e a Suécia) - com a densidade populacional do Distrito de Beja. Já os países do Crescente Fértil (Iraque, Síria, Líbano e Israel, incluídos os territórios ocupados) são apenas 7 vezes Portugal, mas com uma densidade três vezes superior à da região.

Em resumo, só três áreas são densamente povoadas: por ordem decrescente, o Líbano, os "territórios ocupados", e Israel. São também (com a bacia da Mesopotâmia) as zonas mais férteis da região, e as que têm estado no centro de todo o conflito israelo-árabe. Vê-se mal, por exemplo, como uma Cisjordânia, interior e só com recursos agrícolas, poderia vir a constituir um Estado Palestino "viável", absorvendo um milhão de refugiados: a sua densidade aproximaria-se então da do Distrito do Porto, o que seria social e economicamente insuportável. Do mesmo modo, a previsível chegada de mais de um milhão de jovens soviéticos a Israel elevará a densidade populacional neste país a um nível tal que não irá por certo contribuir para moderar os ímpetos expansionistas israelitas, nem a pressão para os instalar nos territórios ocupados.

As soluções para o problema palestino, se é que alguém virá a querer discutí-las, defrontam-se também com estas "imposições" da geografia.

j.m.p.

CAVACO

À MESA DO CAFÉ

CAVACO ARREGAÇOU AS MANGAS E convocou os intelectuais. Já tinha havido outras versões: a dona Maria

tinha feito anos e a lista de convidados fez correr muita tinta. Nunca mais voltou a fazer anos, ou pelo menos os convidados não tinham tanta captação literária ou ensaística. Outras abordagens foram então sugeridas pelo gabinete de imagem: eles foram os independentes nas listas, eles foram os lugares nas chancelarias e embaixadas no exterior, eles foram os subsidios de um Santana Lopes convertido ao show-business. Deve dizer-se que resultou.



Mas, com a aproximação de novas eleições, é conveniente dispor de outra fornada de intelectuais. Convidados para um palacete governamental para aconselharem o senhor primeiro acerca da política cultural - o que é francamente desnecessário, visto que o centro cultural de Belém já vai a meio caminho - eles juntaram-se em grande grupo, de tal modo que um jornal teve mesmo a desalegria de calcular que cada um só teria tido oito minutos para expressar subitissimos. Descontando agora as pausas para café, as introduções, agradecimentos e salamaleques, as despedidas e o tempo de trocar números de telefone, esses minutos ver-se-iam reduzidos a três ou quatro, o que é manifestamente insuficiente tanto para a gravidade da situação cultural do país quanto para a competência dos conselheiros ad-hoc assim reunidos. Espera-se assim, a todo o momento, que novas reuniões deste tipo sejam brevemente anunciadas.

De outra forma, até é difícil ver-se como o PSD encontraria os novos parceiros para a sua lista governamental. Chegamos ao momento de cobrar o preço por todos os favores entretanto distribuídos.

f i

ALGARVE

VIA DO INFANTE

ESTIVERAM POR LISBOA, NO FIM DE Janeiro.

Vieram em camioneta alugada à Rodoviária para protestarem contra uma auto-estrada que subitamente lhes vai cruzar os campos, as estufas, as casas onde vivem e as vidas que quem tem.

Denunciaram todas as ilegalidades deste projecto de muitos milhões vindos do outro, mas a norte, os prejuízos são menores, pois aquela zona de serra

não é cultivada e é quase desabitada. Entregaram uma queixa ao Tribunal Administrativo e pensam em recorrer ao Tribunal Europeu e nos enormes custos que isso poderá ter. São pessoas que, de lágrimas nos olhos, dizem que não vão desistir do tomate, da fruta e da alfarroba que sempre cultivaram.

Viram bandeiras a assinalar onde passará o alcatrão sem nada lhes ter sido previamente comunicado, vistorias feitas por gente da Junta Autónoma de Estradas sem competência legal para o fazer, funcionários do Tribunal a referirem tabelas de indemnização que não existem e a desaconselharem a resistência jurídica, comissões de acompanhamento do processo que se demitem por ineficazes... contra tudo vieram protestar, uma manhã, junto ao edifício-sede do Governo. Uma vez mais bateram com o nariz na porta perante o mutismo do gabinete de Cavaco aos seus pedidos de audiência.

O estudo de Impacto Ambiental (exigido pela CEE) é feito depois do traçado final e das expropriações serem publicadas em Diário da República. Faz-se o estudo porque tem que se fazer, não porque possa alterar alguma coisa ou influenciar o projecto!

O "progresso" só pode ser entendido como tal, quando beneficia mais as populações locais do que os prejuízos que lhes traz, sobretudo quando esse "progresso" tem o cheiro de todos os negócios pouco claros.

j c

TROPA

DEIXA ANDAR

É NO DIA 19 LÁ ESTAVAM TODOS. SE não todos, os habituais ou articulados de funções. Numa assembleia que de República, discute assuntos no foro de emprego que representa para os discutidores. A discussão era senão outra que o SMO.

Propostas não faltaram. Um balde misturado delas. A do governo, universal enquanto representante democrática, para a redução do SMO para 8 meses desde já (incorporados daqui em diante) e, 4 meses para as incorporações a partir de 1993; a do PS para uma caminhada rápida para a profissionalização, pau de batalha do voluntarismo demagógico.

E sem dúvida difícil, para estes trabalhadores populares, discutir o SMO e a sua vertente maior de apoio, as próprias forças armadas, na sua existência. Torna-se cada vez mais premente encaminharem as discussões e acções para as razões de ser, conjugando os factos e ideias, e como os gastos militares e as mortes, e a projecção da sua não existência. Trabalho para os grupos anti-militaristas, na divulgação e condenação dos casos. Na coordenação da luta, conjunta, para uma sociedade que se quer mais justa e enquanto desmilitarizada.

Bo j s

72/73/74/75

amov

O que é há de comum entre a "nova ordem" pós-Golfo e o abaixo-assinado dos actores que desagravam Santana Lopes? Aparentemente, nada. Mas, nestas duas notas soltas, João Martins Pereira chama a atenção para as novas "brigadas do reumático" que fazem o noticiário dos nossos dias. Democraticamente, é claro.

Começa a desenhar-se a tal "nova ordem", europeia e internacional, de que já nos falavam muito antes da guerra do Golfo. Na realidade, desde que a política soviética "permitiu" os processos de emancipação dos países de Leste da tutela de Moscovo.

Dois factos recentes ajudam a entender de que ordem se trata.

Por um lado, o reconhecimento tácito por parte da ONU quanto ao "direito de ingerência" em países onde as populações se encontram ameaçadas na sua segurança e nos seus direitos pelos seus próprios governos. Embora sem resolução explícita do Conselho de Segurança (a que se oporiam, por razões óbvias, a URSS e a China), a ONU aceitou desempenhar funções humanitárias e administrativas nas "zonas de protecção" criadas para os curdos iraquianos, sob vigilância militar de americanos, ingleses e franceses. Tal como durante a crise do Golfo, a ONU limitou-se a ir a reboque do que já estava em curso no terreno.

No plano europeu vemos, pela primeira vez, uma instituição bancária internacional, o recém-criado BERD, colocar nos seus estatutos a exigência de condições políticas e ideológicas à concessão de créditos e ajudas financeiras: a instauração de economias de mercado e de regimes democráticos pluripartidários nos países candidatos a esses financiamentos. Segundo as palavras do seu presidente, o banco não se limitará a "verificar tecnicamente se a democracia existe como condição à intervenção económica". Mais do que isso, "ele deverá propor uma doutrina a propósito da democracia, dos direitos do homem e do multipartidarismo".

Não pomos obviamente em causa o auxílio aos curdos massacrados por Saddam (com o beneplácito dos Estados Unidos, recorde-se), nem a desejável democratização dos países de Leste. O que preocupa, isso sim, é a elevação à categoria de normas de "quase-direito" internacional (dadas as "respeitáveis" instâncias que os cobrem ou adoptam) de dois "princípios" – de intervenção militar, um, de política, o outro, em países soberanos – tanto mais rigorosos quanto se sabe com que discricionariedade eles têm tido (e continuarão a ser) apli-

cados pelos mesmos que os vêem desta forma legitimados: os países que mais beneficiam de auxílio militar e financeiro americano são o Egipto e Israel, não propriamente duas exemplares democracias, enquanto as intervenções americana em favor do Koweit e hoje dos curdos (por pressão turca e sobretudo para evitar tentações de autodeterminação da nação curda) não serão certamente seguidas de idêntica "ingerência" em favor dos palestinianos nos territórios ocupados.

A ordem que estes primeiros passos sugerem é, afinal, a que já se esperava: a de um policiamento político-financeiro à escala mundial, em benefício dos interesses económicos e estratégicos dos que irão julgar quando e onde intervir, que democracias ajudar no Leste – e que ditaduras no resto do mundo. Como até hoje. Mas agora em nome de precedentes legitimadores, sempre que convier. Até porque aqueles "princípios" legitimam a acção, mas não sancionam a não acção – os africanos continuarão a morrer de fome, vivam ou não em democracia.

BDR = Brigada Democrática do Reumático. Sim, porque hoje tudo é democrático, mesmo uma "brigada do reumático", ou coisa tão parecida com isso como aquela manifestação de desagravo de oitenta e tal "gentes do teatro" junto do Dr. Santana Lopes.

Quando fala, a propósito da génese da actual classe política, de "triunfo póstumo do marcelismo", tem o Mário Mesquita (ver "Público" de 22 de Maio) ainda mais razão do que pensa. É que isso abrange muitos outros aspectos, desde a economia – onde os tecnocratas de hoje são cópias fiéis dos de então, quando não são os mesmos – até coisas tão caricatas e só aparentemente risíveis como estas demonstrações de apoio a governantes.

É claro que, voltando à BDR, só veio a lume uma dezena de nomes mais sonantes, e não se sabe quem são os outros ilustres manifestantes. É claro que, de entre essa dezena de nomes, a maioria depende directamente do homenageado (ou porque pertence ao Teatro Nacional, ou porque por lá anda agora), não sendo de excluir alguma "falta de espontaneidade" de muitos dos presentes, para não ir mais longe. É claro ainda que a larga maioria dos grupos de teatro independente – incluindo os mais prestigiados – não estiveram lá, o que retira toda a credibilidade aos elogios, que tanto comoveram o governante, à sua política na área do teatro.

Mesmo assim, foi uma coisa triste. Mas é caso para agradecermos ao Luís Miguel Cintra que, com o seu gosto de há tempos (que esteve obviamente na origem de tudo isto), deu a ocasião a que compreendamos até que ponto o marcelismo aí está. "Democrático", desta vez.

ardem

O PS, AS CARAS E AS POLÍTICAS

JOÃO MARTINS PEREIRA

A CRESCENTE POPULARIDADE DA ideologia liberal nos últimos 10-15 anos, e o tão apregoado "triunfo definitivo" do capitalismo, mais recentemente, acabaram por ter um efeito eleitoral que não tem tido o devido destaque: nas grandes "democracias" ocidentais, os eleitores (atenção, os indivíduos não são apenas eleitores: são também trabalhadores, grupos, associações, habitantes de cidades ou meios rurais, telespectadores, etc., etc.) perceberam que a famosa "alternância democrática" deixava de fazer sentido, já que os partidos alternantes não tinham muitas maneiras diferentes de gerir um sistema económico e social que ambos consideravam o único viável, e a que ambos sabiam aplicar doses muito semelhantes de liberalismo e de intervencionismo.

UMA NOVIDADE

Circunstâncias próprias a cada país levaram a que uns poucos fossem disso beneficiários os partidos ditos conservadores (Inglaterra, Alemanha, Estados Unidos), noutros os partidos ditos socialistas (França, Espanha). Na Itália, a longa hegemonia democrata-cristã foi simplesmente mitigada por uma coligação com partidos mais "à esquerda". Com uma episódica excepção, todos estes países mantiveram no poder os mesmos partidos ou coligações nos últimos 10 anos, coisa nunca vista desde a Segunda Guerra Mundial. E tudo aponta para ciclos de alternância muito longos, com mudanças apenas determinadas por óbvias necessidades de renovação de caras (e de escândalos) ou por clamorosos erros ou incumprimentos em questões relevantes (os resultados da reunificação alemã poderão vir a dar um bom exemplo).

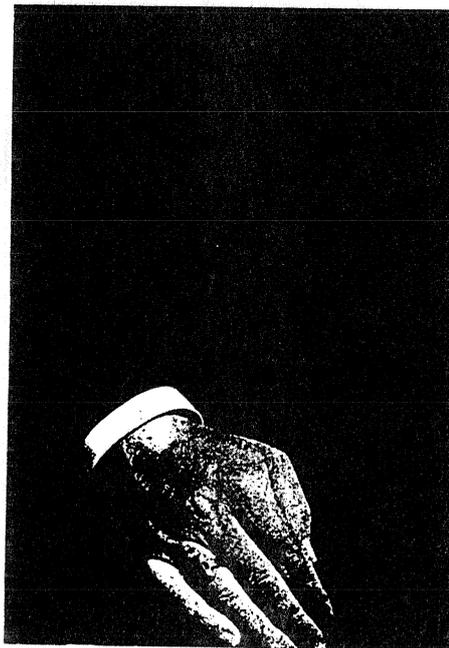
A Portugal, todos estes humores políticos costumam chegar atrasados. É difícil atribuir-lhes o facto de o PSD estar no poder há mais de onze anos, apenas em dois deles não sendo o partido maioritário. E se é certo que foi Sá Carneiro o primeiro paladino da "bipolarização", não é menos que, depois disso, só nos últimos anos o PS veio a empunhar a mesma bandeira, em nome agora da tão virtuosa "alternância democrática".

Se admitirmos que o "eleitorado" português segue (ou seguirá) uma evolução análoga à dos parceiros "mais avançados", ao PS depara-se um inevitável dilema: o de saber se o dito "eleitoral" ainda é sensível a uma mudança de política, ou já só o é a uma mudança de caras. No primeiro caso, caberia ao PS demarcar-se tanto quanto possível da política do PSD, apresentando-se "mais à esquerda", pescando "votos úteis" na área PC. Jogo arriscado: o PS sabe bem que só em questões de estilo ou de promessas a sua governação poderá diferir da do PSD, pelo que esta estratégia implicaria um programa de "falsas promessas", que o desacreditaria enquanto governo (mas, mais provavelmente, não chegaria para vir a sê-lo).

Mas, no segundo caso, os riscos não são menores. Com efeito, se a motivação profunda da maioria do eleitorado é a de "mudar de caras", então o PS deveria propor um programa muito próximo do PSD, acentuando sobretudo os impolutos e arejados perfis dos seus dirigentes e candidatos. Isto seria, porém, a própria tese (e necessidade) da alternância e, fechando a porta aos votos úteis PC, poderia não aliciar votos suficientes à direita.



COMO SERIA INTERESSANTE REFLECTIR SOBRE O FACTO DE QUE NEM UM MEZZOGIORNO ITALIANO NEM UMA IRLANDA ESTÃO HOJE MAIS PRÓXIMOS DOS NÍVEIS DE VIDA EUROPEUS DO QUE ESTAVAM HÁ 20 ANOS.



OPÇÕES DIFÍCEIS

Na realidade, o facto é que, na dúvida, tanto o PS como o PSD têm de se assumir como diferentes, mas "não tão diferentes como isso". E aí a vantagem é do PSD: porque já é poder, e porque tende a hegemonizar toda a direita, o que o PS não consegue à esquerda.

O que nenhum dos partidos se pode permitir é dizer certas verdades, nuas e cruas, aos editores. Exemplifiquemos na área económica (a menina dos olhos do PSD): que a integração da economia portuguesa nos mercados internacionais (particularmente nos europeus) é já de tal ordem que não está na mão de nenhum governo, este ou outro, sequer orientar as grandes tendências da produção e do consumo; que são as relações de força dos grandes blocos do comércio mundial (e não qualquer governo, este ou outro), que determinarão, por exemplo, o ritmo da crise da indústria têxtil portuguesa, enquanto empurram para cá uma indústria automóvel desesperadamente em busca de salários baratos, face à concorrência japonesa; que dentro de 15 ou 20 anos (e não antes) à crise do sector têxtil se sucederá, entre nós, a crise do sector automóvel, que hoje parece ser a chave da modernização da indústria portuguesa; que, enquanto for necessário manter juros altos e salários baixos (para combater a inflação); é um mito falar de modernização, pois portugueses e estrangeiros (como a Ford ou a General Motors) continuarão a preferir indús-

trias de muita mão-de-obra (mulheres, se possível), pagando o governo milhões de contos para que venham; que, em qualquer caso, ainda que fosse possível tal modernização acelerada, isso acarretaria níveis de desemprego nunca vistos, pois é bom saber que o baixo desemprego, tão apregoado pelo governo, só o é justamente porque o grosso da indústria portuguesa usa tecnologias "atrasadas", com base em salários baratos - não por qualquer mérito de qualquer governo.

Estas são, entre muitas outras, questões cruciais sobre as quais os "eleitores" deveriam ser esclarecidos e poder pronunciar-se, mas não são, pois isso equivaleria a uma confissão de impotência por parte de qualquer partido candidato à governação. Como seria interessante reflectir sobre o facto de que nem um Mezzogiorno italiano nem uma Irlanda estão hoje mais próximos dos níveis de vida "europeus" do que estavam há 20 ou 30 anos.

Impensável que o PS ou o PSD contem estas (ou outras) desventuras, que no entanto irão condicionar (se não "destabilizar") o "nosso futuro".

Resta-nos naturalmente, desejar que mudem as caras, talvez tão só porque já não suportamos as que povoam a TV do Moniz há tantos anos. Mas sem ilusões. As "verdades", essas teremos de continuar a buscá-las afincadamente "fora da área do poder". Até chegar o dia em que os "cidadãos" (o que é muito mais do que os eleitores) não se deixem ludibriar a cada eleição.

78

O descrédito das campanhas

João Martins Pereira

AS SUGESTÕES MARCIAIS das suas origens militares (as campanhas da Rússia, da Flandres, de África, etc.), perde-as a palavra "campanha", e felizmente, ao entrar no domínio civil passou a ser apenas "um conjunto de acções coordenadas tendo em vista um certo objectivo comum". Nada de heróico, trágico, estúpido e absurdo, nada de milhares de mortos sem nome e sem sentido, envolve hoje qualquer prosaica campanha publicitária, ou de alfabetização, ou de dinamização, ou eleitoral dos nossos dias. Estúpidas, absurdas ou mesmo ridículas podem ser muitas delas, mas as suas vítimas, quando as há, sobrevivem e poucas se dão conta de que o são.

Estas são, porém, as campanhas "com rosto". Sabe-se quem as lança, que objectivos têm, embora nem sempre quem as paga. Algumas, como as campanhas eleitorais, estão consignadas em diplomas legais e têm o digníssimo estatuto de "momentos privilegiados de vivência democrática". Outras, como as campanhas, humanitárias (envio de roupas e medicamentos para os sinistrados de qualquer catástrofe em qualquer país do 3.º mundo, por exemplo), têm sempre "altos patrocínios" e ajudam a confortar-nos, a "nós, portugueses", na imagem de generosidade que fazemos de "nós-próprios", incapazes que "somos" de fechar os olhos às misérias, e às fomes dos que estão longe... já ouço o circumspecto locutor da TV: "O povo português nunca recusou a sua solidariedade, etc., etc."

Mas não era de nada disto que queria falar. É que as mais frequentes e curiosas são, sem dúvida, as campanhas identificadas com a "conspiração", portanto ocultas, em que quase nunca se nomeiam as "forças" ou "agentes" suspeitos de as terem desencadeado. Excepção recente terá sido o caso da TV privada: os dois concorrentes que a imprensa deu, no espaço de poucos dias, como "perdedores certos", apressaram-se a atribuir isso a uma "campanha" maior pelo terceiro concorrente. Mas é raro.

Beleza e Costa Freire foram alvo de terríveis "campanhas", e nunca se percebeu de onde teria vindo: dos *media*? Dos partidos da oposição? Dos grandes grupos farmacêuticos? Também Melancia, quer no caso TDM, quer no famoso fax, falou de campanhas, mas sem nomear as forças ocultas que o atacavam. Já antes sucedera o mesmo com Cadilhe, como todos estão lembrados. E também no futebol, com o clube que fica em 2.º no campeonato: neste caso, os agentes directos terão sido os árbitros. Mas quem lhes pagou? Quem está "por trás" deles?

Este sentimento de perseguição tornou-se uma espécie de desporto nacional. Aliás, os visados nunca se sentem visados: eles foram simplesmente escolhidos para, atra-

DE TÃO FREQUENTE TORNOU-SE JÁ DESPORTO NACIONAL, ESTA COLECTIVA PERSPICÁCIA DE EM CADA GESTO DE OPOSIÇÃO VER UMA CAMPANHA, UMA OCULTA E SEMPRE BEM "ORQUESTRADA" CONSPIRAÇÃO PARA DENEGRIR A "BOA IMAGEM" DE UMA QUALQUER INSTITUIÇÃO. FÁCIL É? POIS? CONCLUIR QUE O PAÍS CAIU NAS MALHAS DE UMA ESTRANHA REDE DE "ASSOCIAÇÕES DE MALFEITORES". OU NÃO?



MELANCIA é atacado tendo por mira a figura do sr. Presidente da República. Pinto da Costa, para denegrir o FC Porto e, mais ainda, o Norte, os "nortenhos". E por aí adiante.

vés das suas pessoas, se atingirem objectivos mais "altos". Um ministro é atacado por, em última análise, se atingir a "boa imagem" do governo a que pertence. Ele dirá, muito sério, que esse ataque "faz parte de uma campanha mais vasta, etc., etc."

Melancia é atacado tendo por mira a figura do sr. Presidente da República. Pinto da Costa, para denegrir o FC Porto e, mais ainda, o Norte, os "nortenhos", de que o clube surge como o mais puro símbolo. E por aí adiante.

Naturalmente, todas estas campanhas-conspiração são sempre "orquestradas", "organizadas até ao mais ínfimo pormenor", etc. Ora como em cada dia que passa há mais um autarca, ou um secretário de Estado, ou mesmo uma empresa (o BCP e o seu "suposto" machismo visceral) ou uma individualidade (o Taveira, lembram-se?) acusados de umas tantas falcatruas, abusos ou ilegalidades, dir-se-ia que pululam pelo país fora verdadeiras "associações de malfeitores" que nada mais fazem do que conspirar contra o bom nome dos mais pacatos e dignos cidadãos. chegando a pôr em cheque, através deles e dos seus cargos, as mais respeitáveis instituições democráticas. Estará por isso em perigo a democracia?

Não está, que ideia! Na realidade tudo isto não passa de pitorescos episódios, cujo principal efeito é o de ajudar a vender uns quantos semanários, confortando por acréscimo o cidadão comum na ideia de que tem uma imprensa livre e ousada. É claro que, quando a coisa vem a lume, se nomeiam comissões de inquérito, se movem processos judiciais de todos contra todos, e não se fala noutra coisa durante algum tempo. Mas depois tudo vai esquecendo, os processos (se é que não passaram de intenções) vão-se arrastando, outros casos vêm tornar o seu lugar na atenção pública, e nunca se chega a saber em que é que tudo aquilo ficou. As personalidades em causa desaparecem de cena, porque se demitem ("para melhor assegurar a sua defesa") ou simplesmente porque se deixa de falar delas, e às vezes nem desaparecem: parece que até saem fortalecidas das "perseguições" que lhes movem.

São, aliás, as próprias urnas, "teste decisivo da democracia", que muitas vezes vêm prová-lo: Soares, Cavaco ou Pinto da Costa não perdem uma eleição há muito, sejam quais forem os escândalos que os pudessem ter beliscado.

Em resumo, neste jogo das "campanhas de descrédito", todos acabam por receber o seu quinhão, não só os jornais que as lançaram a público, mas também os próprios visados, que ganham uma inesperada notoriedade, ou reforçam a que já tinham. Em geral só os "peões" de menor importância — uns guardas fiscais, uns agentes da Judiciária, uns funcionários públicos, uns "políticos" de 3.ª ordem — são verdadeiramente incomodados.

É certo que alguns jornalistas (nunca se sabe se muito seriamente se efectivamente "instigados por alguém") que julgavam vir a emparceirar com os seus colegas que passaram a nu o Watergate, já devem ter perdido todas as esperanças. Mas ninguém os mandou nascer num país que teria passeado Nixon em triunfo pela Avenida da... Liberdade.

79

dicionário das poucas

João Martins Pereira
João Paulo Cotrim
Francisco Matias

de Belém – Não. Nesta entrada nenhum comentário será produzido sobre arquitectura, ordenamento do território ou finanças, digo, dinheiro mal gasto. Não seria inoportuno, mas outras vergonhas se *alevantam*. Depois de cumprida, em seis meses, a monumental função de albergar a sede das Comunidades Europeias, o dito monumento tem destino marcado na nossa monumental cultura. Um museu permanente dedicado às monumentais Descobertas (haverá lá outro tema possível), e reunindo várias peças de todos os outros. Ora, ao que consta, o pé direito não permite, por exemplo, incluir nesse número de peças o famoso painel de S. Vicente, ou qualquer outra que ultrapasse os dois metros e picos. Mas há outras pequenas particularidades curiosas, digo vergonhosas. Não está previsto espaço de arrumações, casas de banho para funcionários e outras utilidades de somenos como acessos com capacidade para cargas e descargas. Nada que seja resolvido pela nossa monumental arte do desenrasca, sobretudo quando se trata do maior e mais monumental museu de todo o sempre. Amen.

Correio da Manhã – Uma faca, um alguidar e um belo par de mamas (de preferência de uma garota inglesa). Adicione-se um pouco de sangue, uma porção q.b. de *lambobotismo* e tempere-se com uma pitada de anticomonismo (o mais primário serve). Leve-se a lume acompanhado de alguns boatos ou distorções e espere-se que a coisa pegue. Depois de embrulhado em papel barato, obtem-se um excelente resultado editorial, onde a pouca vergonha não falta. É fácil, barato e dá milhões (o doutor VD que o diga).

A receita resultou, o doutor está de parabéns, o pasquim está a entrar no 13.º ano de existência, vende(-se) que se farta. É um êxito tanto ao gosto popular.

Tu entras no café do bairro e lá está ele, sobre a mesa, nem tens tempo para desviar o olhar daquelas letras garrafais na primeira página: FRANGO BATE VACA. Não admira, tu como reles assalariado que és comes mais frango que vaca, visto que a última está cara p'ra burro.

Ele está em todo o lado, persegue-te até ao mais recôndito canto do país, e até tens um amigo em Hamburgo que o viu lá numa banca. Ele constitui um atentado à tua inteligência. Ele está lá, branco sobre vermelho colado na porta do táxi (feche a porta devagar sff).

Quando procuras casa ou emprego, dás os 100 mil reis e, ao domingo, levás uma revista a cores para casa. Por causa dos anúncios...

Ele dá informação de uma forma diferente, e vende-se que se farta ao poder e ao dinheiro. Mas vende-se honestamente, nos gabinetes e nas agências de publicidade.

O TIDE ESTÁ DE VOLTA, na manchete. No interior, não havia notícia a anunciar o regresso do detergente, após a sua prolongada ausência das prateleiras da mercearia da esquina. A notícia caiu devido a um "erro na maquetagem", justificou a chefia de redacção.

Quanto ao poder, agrada-se a quem nele está, desta forma os leitores têm possibilidade de assistir, durante a campanha eleitoral, ao "Encontro de líderes; com o CM como árbitro", ou seja a um encontro entre Cavaco e Carlos Queirós, com um "jornalista" do CM a assistir.

Estudos – A ideia original obedecia simultaneamente a um senso comum elementar e às típicas políticas ambientalistas: qualquer projecto que envolvesse intervenções no território deveria obrigatoriamente prever

o seu impacte ambiental. O rigor deveria ser tão científico quanto possível, o que implica a definição de uma metodologia clara. Claro que logo foi cientificamente escolhida a tradicional metodologia de influência: E as poucas vergonhas começaram. Um exemplo, apenas. O estudo para a estrada que atravessou a reserva (não é gralha, é mesmo reserva) natural da Serra de Aire, Candeeiros foi feito à posteriori, a fim de justificar a opção escolhida. O habitat de espécies protegidas como a raposa foram divididos ao meio por uma via rápida. A intocável Junta Autónoma de Estradas nem beliscadura sofreu com a polémica esboçada, assim como no caso bem mais terrível da Via do Infante. Em tudo isto, a única espécie verdadeiramente protegida acabou por ser as empresas que oportunamente se dedicaram à mui científica elaboração dos estudos. A preços justos.

Formação profissional

– Não vamos falar da UGT, que bom trabalho irá ter para mostrar como gastou já mais de um milhão de contos a fazer formação profissional com dinheiros do Fundo Social Europeu. Mas, porque muita gente não sabe, achamos bom recordar que entre os maiores beneficiários de dinheiro dessa mesma origem estão organismos e instituições cuja vocação não parece ser justamente essa. Por exemplo, o Instituto da Juventude, o Instituto Português do Património Cultural, o IPSD (organismo ligado ao partido do Governo)... As verbas de centenas de milhares de contos que lhes foram atribuídas não podem, obviamente, ser para formação pessoal própria. Mas então são para formar quem? E, ainda que fossem, não deveria ser o Estado a financiá-los, ou o PSD, no último caso? E os mais de 400 mil contos para a "General Motors", a maior empresa mundial? E os que foram (estão a ir) para a "Ford"? E para o "Makro"? E para o "Pingo-Doce" – tudo isto empresas estrangeiras? – Aliás poucas são as empresas portuguesas que figuram no topo dos beneficiários (se excluirmos as grandes empresas públicas de serviços: CP, TAP, EDP, CTT, etc.).

Onde está a *avaliação* efectiva de tudo isto? Quem se formou em quê? Quantos cursos foram pagos e não se fizeram? Quantos se fizeram e não serviram para nada? Quantos serviram apenas para diminuir o número de desempregados nas estatísticas do emprego? Mas, no meio disto tudo, e incluindo a parcela de formação "séria" que também terá havido, muitos milhares de indivíduos, empresas e instituições terão ficado "gratos ao Governo e à Comunidade" pelos tostões ou os milhares de contos que lhes foram parar ao bolso (até o Centro Nacional de Cultura, que viu subsidiadas as viagens de sócios ao estrangeiro!). E disso se fazem, também, as maiorias absolutas, e o arraigado "europeísmo" dos portugueses que revelam as sondagens.

O negócio do ano

– Suponham que eu tinha um barco que até hoje só me fez perder dinheiro. Suponham que membros influentes do Governo me fazem chegar um jovem com o projecto de uma "missão a Timor". Suponham que entretanto eu já vendi o barco para a sucata a um estaleiro do Extremo-Oriente, e que o contrato implica eu ter de pôr lá o barco à minha custa. Que mais posso eu fazer, se não for totalmente parvo? Apoiar em pleno a ideia e pôr à disposição dessa louvável missão o dito barco... desde que os promotores encontrem meios financeiros para custear a viagem, que ela não envolva demasiados riscos para o navio e que, no fim de tudo, me restituam o barco para seguir viagem para o estaleiro onde irá ser desmantelado. Meu dito, meu feito: além de contribuir para

uma missão que "galvanizou os portugueses", coisa que nem sempre é fácil nos tempos que correm, mantendo o incógnito que convém aos verdadeiramente generosos e desinteressados, arrecadei uns bons milhares de contos que já me preparava para largar do meu bolso.

Ora aí está um a quem o caso de Timor só trouxe alegrias. A esta hora já o barco deve estar feito em cacos, pronto a entrar no forno de qualquer siderurgia, e nunca mais se ouvirá falar dele.

O novo ministro

– Estava tudo mais ou menos perplexo com a substituição abrupta de Durão por Couto dos Santos na Educação. Pela forma como Cavaco, por uma vez, se "rendeu à rua", sem dúvida, mas também por não parecer a ninguém que aquela figura em meteórica ascensão no reino cavacista reúna um mínimo de condições para enfrentar o "estado da educação" que se conhece. Uma excepção, porém: Torres Couto. Em declaração ao "Público", afirmou sem hesitação: "Penso que Couto dos Santos é uma pessoa inteligente, jovem, que conhece bem os problemas da juventude e tem condições para resolver a situação do ensino em Portugal." Como não devem ser parentes, pese o Couto comum, é caso para perguntar, depois da festiva assinatura do "Acordo Social" nas condições que se viu, que o líder da UGT e eurodeputado do maior partido da oposição, parece estranhamente apostado em fazer jeitos ao Governo. Porque será?

PGA

– A culminar um dia de grande agitação dos jovens madeirenses contra a PGA, dirigiram-se os estudantes ao edifício do Governo Regional. Quando se esperaria um *crescendo* de gritos de revolta e de protesto, o porta-voz dos manifestantes declarou à Rádio que estavam ali apenas para pedir "a Alberto João Jardim que utilize a sua influência e o seu prestígio institucional junto das autoridades nacionais para se encontrar uma solução para o problema" (*sic*). Curiosa – e decepcionante – em jovens esta fuga à politização dos problemas, esta mentalidade de "assistidos", esta ideia de que ao Governo, que faz asneiras e dá origem a protestos, compete encontrar as "boas" soluções – sem que se lute por elas, sem que se apresentem reivindicações, apenas solicitando humildemente "um pouco mais de atenção", "um pouco mais de bom senso", etc. E depositando a sua confiança nessa figura tão "prestigiada" como o cacique lá do sítio...

Aliás, este imenso respeito dos estudantes pelas autoridades tem-se visto com a frequência com que convidam ministros e secretários de Estado para as suas reuniões, congressos e assembleias e lhes dão a palavra de abertura ou a palavra final, tudo na melhor harmonia. Por essas e por outras é que o Couto dos Santos terá ido agora parar à Educação, forte da sua habilidade para "se relacionar com os jovens". Que terão eles a ganhar?

Propinas

– Primeiro foi a proliferação das universidades privadas e, com elas, a demagogia de um discurso: o de haver lugares para todos os estudantes candidatas ao ensino superior.

Agora são as propinas nas universidades públicas, resultado de uma política governativa que as foi asfixiando financeiramente (há bem pouco tempo o ano lectivo esteve em risco de não começar, em algumas universidades). E se as universidades têm autonomia para cobrar, ou não, propinas, também é verdade que, com os actuais subsídios públicos, não lhes restam muitas alternativas.

vergonhas

O estado demite-se assim da sua função de garantir um ensino para todos, gratuito segundo reza a própria constituição, privatizando parte do ensino superior e obrigando a estante a funcionar segundo a mesma lógica de mercado. Mais uma desavergonhada demagogia: os que não puderem pagar serão isentos, os outros pagarão por eles, é mais justo lo que ser o estado (e portanto todos nós) a pagar o curso estudantes que têm capacidade para o fazer, ou a outros que chumbam sucessivamente.

Esta lógica ainda faria algum sentido se vivéssemos num país desenvolvido, com boas instalações para as universidades, professores pedagogicamente preparados, boas residências e cantinas para os estudantes, elevado nível de vida da generalidade da população e um eficaz sistema de acção social.

No entanto, nenhuma destas condições se verifica actualmente. E assim, a mercantilização a que se assiste no ensino superior poderá levar a uma dupla exclusão: as dificuldades

em fazer funcionar convenientemente os cursos das áreas de letras (com menor "procura" e maior dificuldade em estabelecer acordos com empresas) e, por outro lado, a impossibilidade de boa parte dos jovens frequentarem um curso superior (feitas as contas por baixo, um "utente" actual de uma universidade privada precisa, em Lisboa, de cerca de 75 contos por mês, só para as coisas mais essenciais: 25 para o quarto, 30 para comida e 20 para a propina, afinal só um dos problemas).

Este processo de exclusão, numa época de "progresso" e "modernização" da sociedade portuguesa, acentuará a tendência para uma evolução, no ensino e fora dele, exclusivamente orientada por necessidades empresariais e de carreiras profissionais (beneficiando os cursos mais técnicos, das áreas da gestão e da engenharia) e poderá levar grande parte da população (as camadas técnica e socialmente mais baixas) a uma sujeição à "modernização" que lhes é imposta e que não são capazes de controlar ou influenciar.

E, mesmo em termos estritamente económicos, há ainda os longos prazos: esta visão do ensino como uma mercadoria que se compra, e que valoriza o utente que a compra, gera exclusões que vão perpetuar o já crónico desaproveitamento dos recursos humanos que temos. Dado o atraso científico e tecnológico português face aos seus parceiros da C.E., isso representará continuar a evoluir no conhecimento e na tecnologia em função, sobretudo, do que conseguirmos comprar (ou nos quiserem impingir).

De todas estas vergonhas a maior: um ministro, manifestamente incompetente, mas contestado pela obra feita pelo seu predecessor, foi obrigado a demitir-se. Foi bom para o governo: livrou-se dele, melhorou a imagem, limpou alguma consciência. Talvez seja indiferente para os estudantes: será menos vergonhosa a política educativa que está para vir?

RDP e IEFP – Já se viu serem nomeados gestores de empresas públicas dúzias de indivíduos sobre os quais era legítimo duvidar da sua competência, ou da sua capacidade intelectual, ou mesmo da sua honestidade, se não mesmo da sua sanidade mental. Mas, ainda que apoiados por factos da sua vida profissional ou sobre testemunhos de quem com eles conviveu, tais juízos eram de mera probabilidade, por não haver documentos a provar ou indiciar essas incapacidades. Dois casos recentes vieram criar precedentes bastante originais.

Assim, para a RDP está indigitado para presidente do Conselho de Gerência um inválido "de papel passado", mais precisamente um funcionário da RTP (Soares Louro) que, segundo a imprensa, se reformou por invalidez. Não se sabe de que invalidez se trata, mas, dadas as dificuldades conhecidas em obter tal tipo de reforma, presume-se ser deficiência suficientemente convincente e medicamente atestada... Dizem os jornais que o interessado estaria a pensar antes de dar uma resposta.

Mas é caso para perguntarmos: a pensar *em quê?* E a Segurança Social não estará a pensar processá-lo, caso aceite?

Quanto ao IEFP (Instituto de Emprego e Formação Profissional), órgão gestor máximo das verbas do Fundo Social Europeu para a formação profissional, foi nomeado e já tomou posse um senhor que, também segundo a imprensa, se encontra implicado num processo relativo à utilização indevida de... verbas do Fundo Social Europeu. Até já um eurodeputado escreveu ao primeiro-ministro alertando-o para que a Comunidade nunca poderá aceitar tal interlocutor. Mas apostamos em que não se vai voltar a falar muito do caso.

Entrou-se, ao que parece, na fase do "vale tudo".